

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXIV



COIMBRA 2000
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

Quando as águas e a terra se revoltam Calamidades Naturais no Ribatejo: As Cheias e os Terramotos (1901-1920)

MARIA GABRIELA MOTA MARQUES
Universidade

*“Os tremores de terra, as inundações e as febres palustres são as três
calamidades que fazem do Ribatejo uma das zonas mais castigadas pela
natureza ”*

Orlando Ribeiro

Introdução

As chuvas caem copiosamente, durante vários dias, engrossando os caudais de rios e ribeiros, levando-os a sair dos seus leitos e a inundar toda a área envolvente, não olhando a campos, casas de habitação, vias de comunicação e animais, como se se tratasse de uma corrida desenfreada sem rumo definido. Noutros momentos a terra treme, num acto de rebeldia e de superioridade face à força do Homem, fazendo ruir edifícios, abrindo fendas no solo e nas paredes, destruindo haveres e ceifando vidas humanas.

A visão pode parecer apocalíptica, saída de uma descrição do inferno ou da apresentação de uma longa metragem sensacionalista. No entanto, retirando os possíveis excessos, relata com alguma fidelidade a realidade do Ribatejo, região conhecida pelas suas enchentes sazonais e por se localizar num dos pontos do país com maior actividade sísmica. Esses momentos de dificuldades proporcionam formas muito próprias de sociabilidade entre as populações, desencadeando reacções específicas não observáveis no dia-a-dia. Se as atitudes perante as cheias são, de certo modo, pacíficas, pois as sua frequência habituou as gentes da *borda d'água* a prevêê-las e a defender-se delas, vendo-as até como uma benesse a médio prazo, já no que se refere aos terremotos a atitude é diferente. A incerteza da sua ocorrência e a sensação de impotência perante a fúria da Natureza, toma-os temidos e indesejados.

As duas primeiras décadas do século XX, com especial destaque para o decénio de 1901-1910, conheceram de perto essa realidade, registando um número significativo de cheias e uma actividade sísmica de grande intensidade, que culmina com o sismo de 23 de Abril de 1909. Na impossibilidade de abarcar toda zona ribeirinha do Ribatejo, em virtude da dificuldade de acesso a algumas fontes, optou-se por limitar a área de estudo ao coração da região, aquela onde o fenómeno das cheias é mais intenso, focando-se a situação da Golegã, Chamusca, Almeirim e Santarém, embora referindo outros casos, sempre que possível.

De modo a conseguir uma análise abrangente, as fontes consultadas incluem publicações periódicas de cobertura nacional e, particularmente, as regionais e locais, que descrevem os factos com maior pormenor, embora, nem sempre com total isenção. Além destas recorreu-se, também, a publicações especializadas sobre a temática, bem como a documentação do foro autárquico, de forma a mostrar a vertente municipal. Os resultados alcançados permitiram constatar não só a vida dessas populações em tempos de adversidade, mas, acima de tudo, tomaram

visível a verdadeira relação de intimidade que se trava entre qualquer ribatejano e o seu rio.

1 - Viver na Borda d'Água: O rio, a terra e as gentes

A compreensão do tema e, em particular, das reacções das populações locais, do modo como estas calamidades interferiram com a sua vida quotidiana e quais as estratégias de protecção e de resolução apresentadas, não seria possível sem uma breve caracterização da região e dos próprios fenómenos naturais.

Situado no centro do país e funcionando como zona de transição entre o Norte montanhoso e o Sul mediterrâneo, surge o Ribatejo, uma região natural que deve o seu nome ao facto de ser constituída, essencialmente, por terrenos banhados pelo grande rio Tejo, o qual, de certo modo, controla toda a vida das terras ribeirinhas - as terras da *borda d'água*.

A região caracteriza-se por uma área de vastas planícies, de pequena altitude, “sempre abaixo de 200m”¹, conhecidas por lezírias e várzeas. O seu solo é constituído pela bacia do rio, de formação terciária² e por formações da Era Quaternária, do período Holocénico, localizadas nas zonas de planície resultantes “do enchimento progressivo (...) por aluviões fluviais, lacustres, e por depósitos de mar pouco profundo que sucessivas transgressões foram acumulando, principalmente na parte ocidental”³ da bacia de abatimento. Por isso, o subsolo mostra certa instabilidade, derivada da fraca resistência e da não consolidação dos terrenos, o que explica a grande actividade sísmica da região.

Essas aluviões, que se chamam *terras de campo*, constituem, junta-

¹ Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 6ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 156.

² Esta formação terciária é composta por areia, argila e arenito.

³ Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico...*, p. 70.

mente com as aluviões do Sado, “as únicas áreas de solos bons mais profundas que se encontram em Portugal”⁴, consolidando a fama de fertilidade a que esta região se habituou desde tempos remotos⁵. O clima de feição mediterrânica que se faz sentir justifica a fartura agrícola e explica a ocorrência de cheias, sobretudo, entre Novembro e Fevereiro.

Como maior rio que atravessa o país e o maior da Península Ibérica, o curso do Tejo divide-se em secções distintas⁶. Entre elas destaca-se o *Tejo Médio*, localizado entre Tañeos e o canal da Azambuja, por se tratar do ponto onde o rio entra numa área aberta e plana em que os terrenos apresentam, frequentemente, cotas mais baixas que as do próprio rio, facilitando a sua inundação, na sequência de fortes chuvadas e constituindo as terras de aluvião. Tal facto levou, nos finais do século XVIII, Estêvão Dias Cabral a incluir o Tejo no grupo dos rios inundantes, cujas cheias “não podem conter-se entre determinados limites”⁷.

⁴ Raquel Soeiro de Brito, “Introdução Geográfica” in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 26.

⁵ Já no século I, Estrabão a ela se refere como muito fértil (José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, *Ribatejo, Portugal - O Saborda Terra*, Lisboa, Circulo de Leitores, Pavilhão de Portugal /EXPO’98, 1997, p.12), fama que se mantém durante o período de domínio muçulmano. No século XVII, Duarte Nunes de Leão volta a reconhecer a grande fecundidade dos campos “que se podem comparar a das terras do Egipto quando o Nilo as bem rega, assi no muito pão e outros legumes que naqueles câpos se colhe” (Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610, p. 33).

⁶ As opiniões quanto à organização das secções do rio são divergentes entre os vários autores. A mais consensual é de Afonso Zuzarte de Mendonça, que divide o rio em três secções:

“1º Baixo Tejo, ou Tejo Marítimo, desde S. Julião da Barra até à foz do canal da Azambuja, com a extensão de 62 quilómetros, compreendendo o magnífico estuário, cuja largura máxima é cerca de 13 quilómetros, defronte de Sacavém, no Mar da Palha;

2º Tejo Médio, desde a foz do canal da Azambuja até Tañeos, com a extensão de 72km,5; é a zona das grandes inundações; vale larguíssimo, constituindo extensa campina de notável fertilidade;

3º Alto Tejo, desde Tañeos até à origem, em grande parte encaixado entre margens ásperas, exceptuando principalmente a zona compreendida entre a foz do Guadiela e Puente del Arzobispo, na qual se encontram algumas formosas veigas” (Afonso Zuzarte de Mendonça, “O Rio Tejo. Breve Descrição Geográfica”, Anuário dos Serviços Hidráulicos - 1933, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 8.)

⁷ Estêvão Dias Cabral, “Memoria Sobre os Danos Causados pelo Tejo nas suas Ribanceiras”, *Anuário dos Serviços Hidráulicos - 1937*, Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Lisboa, Bertrand (Irmãos), Lda, 1937, p. 12.

Do mesmo modo, é aqui que se começam a formar os mouchões, pequenas ilhotas fluviais, tão prejudiciais aos campos e à navegabilidade do rio como ao próprio Tejo, alterando-lhe o curso. Como elemento fundamental para o Ribatejo, desde cedo se verificou forte interesse na protecção do rio, lutando-se contra a formação desses mouchões e contra o seu crescente assoreamento. No entanto, apesar de serem preocupações antigas⁸, os estudos e propostas de defesa do rio, na maior parte dos casos, nunca passaram do papel e do plano das intenções⁹. Os próprios sistemas hidráulicos, constituídos por valas e, principalmente, por diques¹⁰, que se construíam nas margens para sustentar as inundações e para proteger as localidades e os campos, eram postos em causa, pois se cumpriam a sua função, acabaram por provocar transformações irreversíveis no curso do rio, além de, em caso de grandes cheias, originarem *alvercas* (resultantes do seu arrombamento pela força das águas) e de aumentarem os bancos de areia, o que prejudicava o tráfego fluvial.

De facto, o rio Tejo não deve a sua importância apenas ao seu contributo para a fertilidade dos campos. Também o comércio e o tráfego fluvial tinham um papel relevante na vida económica e social ribatejana, facto já reconhecido por Estrabão¹¹, pelo que o seu crescente assorea-

⁸ Alguns monarcas portugueses mostraram interesse pela questão, como D. Dinis e D. João III, que apoiaram o enxugo de terrenos sujeitos a inundação e areamento.

⁹ No século XVIII, Estêvão Dias Cabral alertava já para os problemas do rio e propunha soluções ^ (Estêvão Dias Cabral, *ob. cit.*, pp. 11-33), mas poucos melhoramentos se realizariam entretanto, uma vez que, dois séculos mais tarde, continuavam a ouvir-se queixas, em particular, por parte dos agricultores (Sindicato Agrícola de Santarém, *A Agricultura Ribatejana e o Problema da Hidráulica do Vale do Tejo. Representação Entregue a suas Excelências o Presidente do Conselho e Ministros da Agricultura e das Obras Públicas pelo Sindicato Agrícola de Santarém*, Santarém, Tipografia J. Avelino Sousa, Sucessores, 1937).

¹⁰ Os diques podem pertencer a categorias diferentes : insubmergíveis, submergíveis, longitudinais e transversais.

¹¹ Francisco José Velozo e José Cardoso, *Estrabão - Livro III da Geografia. Primeira Contribuição para uma Nova Edição Crítica*, Coleção Amphitheatrum, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1965, p. 35.

mento e as obras hidráulicas dificultavam, por vezes, o transporte de pessoas e mercadorias ao longo do rio e entre as duas margens, assegurado através do serviço de barcas de passagem. É que “o rio Tejo, tanto pela sua extensão e maior navegabilidade, como pela localização da área que atravessa, constituiu, desde sempre, um dos meios de comunicação mais importantes até ao lançamento do caminho de ferro em Portugal”¹², contribuindo para o desenvolvimento de certas localidades como Vila Nova da Barquinha, Tañeos e, até, Santarém.

O Tejo é, assim, o eixo dinamizador da região, de modo que, constituindo, na sua essência, uma barreira natural à comunicação entre os vários locais, acaba por ser um forte elo de ligação e a sua fonte de riqueza principal. Por esse motivo se compreende que, apesar da constante ameaça das cheias e do risco de terramotos, a que se juntam, ainda, as epidemias derivadas das águas insalubres das alvercas e pauis, o Ribatejo seja uma região bastante povoada. A maioria dos aglomerados populacionais situa-se, inclusive, perto das margens do rio, locais de menor segurança face às inundações, mas mais próximos da via de comunicação e de escoamento da produção que o rio representa, bem como da pesca que ele proporciona. Uma tendência que remonta, pelo menos, à época da Reconquista Cristã, quando as povoações ribeirinhas, em certos casos amuralhadas, constituíam, também, postos avançados na defesa do território frente ao inimigo. Tal como nesses tempos dedicam-se à agricultura e, frequentemente, como complemento, à pecuária ou à pesca fluvial, revelando a preponderância do sector económico primário e uma sociedade rural.

¹² Artur Teodoro de Matos, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, p. 279.

2 - Os Excessos da Natureza

2.1 - As Cheias do Ribatejo

Dadas as características naturais do Ribatejo, constituído maioritariamente pelo largo vale do rio Tejo, de grandes planícies e terraços de baixa altitude, a região apresenta as condições propícias para a ocorrência de inundações periódicas¹³, nomeadamente a partir de Tañeos, local onde o rio deixa as suas margens montanhosas e entra na campina. Os concelhos mais atingidos são os de Vila Nova da Barquinha, Golegã, Santarém e Vila Franca de Xira na margem Norte, e os da Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Benavente, Salvaterra de Magos e Coruche, na margem Sul, formando um “lago contínuo e descomunal com mais de cem quilómetros de extensão”¹⁴.

2.1.1 - Cheias e Azielas

As inundações não são um fenómeno sempre igual. Ainda que conhecidas por cheias, o termo não se aplica em todos os casos, identificando apenas as enchentes que ocorrem durante o Inverno e que atingem maiores dimensões, na sequência de vários dias de intensas chuvadas, designadas pelos populares por *bátegas de água*.

As condições meteorológicas não são, contudo, previsíveis nem regulares, de modo que podem surgir, em certos anos inundações de

¹³ Segundo João Soromenho Rocha, comparativamente às bacias hidrográficas dos outros rios portugueses, o Tejo representa a maior área de risco, registando um total de 47 grandes cheias, entre 1739 e 1989. O segundo lugar é ocupado pelo rio Douro com apenas 26 grandes cheias para o mesmo espaço de tempo (João Soromenho Rocha, “Caracterização das Zonas Sujetas a Risco de Cheias em Portugal”, *Simpósio sobre Catástrofes Naturais. Estudo, Prevenção e Protecção*, LNEC - Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 8-10 de Novembro de 1993, p. 11-12).

¹⁴ José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, Ribatejo. Portugal, *O Sabor da Terra...*, p. 7.

Primavera, fazendo juz ao ditado em *Abril águas mil*, ou no Outono, devidas a uma longa época de precipitação ou a uma forte e repentina tempestade. São as “pequenas inundações extemporâneas”¹⁵ ou *azielas*. Vindas fora de tempo, causam em geral maiores danos e graves inconvenientes à agricultura, pois vêm destruir as sementeiras feitas após as cheias de Inverno ou alagar os campos prontos a semear antes da estação das chuvas, comprometendo a produção do ano.

2.1.2 -Os Níveis de Inundação

Além da diferença baseada na época do ano em que ocorrem, as inundações variam de acordo com os níveis atingidos pela água. Para controlar o caudal do rio existem determinados pontos de referência ao longo do seu curso, estando os principais em Vila Velha de Ródão, logo que o rio entra em território português, embora ainda rodeado de montes, e Santa Iria, na Ribeira de Santarém, em pleno vale do rio e num dos locais mais atingidos pelas enchentes. Os populares acreditam, aliás, “que se a água chegar alguma vez a atingir o busto da santa, que encima o pedestal, todo o mundo será então alagado”¹⁶, numa alegoria a um segundo dilúvio.

Considera-se a existência de cheia sempre que os caudais acumulados em Vila Velha de Ródão ultrapassam os “2,5m de altura hidrométrica”¹⁷, o que acontece regularmente e se registou, praticamente, em todos os Invernos entre 1901 e 1920, de acordo com os registos dos *Serviços Hidráulicos*¹⁸. Acima desses valores enquadram-se as azielas e as

¹⁵ Hermann Lautensach, “Ribatejo”, *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, Santarém, 1940, p. 83.

¹⁶ Alberto Pimentel, *Portugal Pittoresco e Ilustrado. A Extremadura Portuguesa*, vol. 1 - *O Ribatejo*, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1908, p. 50.

¹⁷ Afonso Zuzarte de Mendonça, “O Rio Tejo. Breve Descrição Geográfica”..., p. 11.

¹⁸ Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, *Anuário dos Serviços Hidráulicos - 1933*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, pp. 17-24.

pequenas cheias de Inverno, só se considerando como grande cheia aquela em que se atingem 15 metros na escala de Ródão ou 7 metros na de Santarém. Segundo este parâmetro, nas duas primeiras décadas do século XX registaram-se sete grandes cheias¹⁹ (quadro 1) com especial destaque para as de 1902, 1909 e 1912, ano em que as águas subiram aos 8,01m em Santarém, valores apenas ultrapassados por cheias ocorridas nas décadas de 40 e de 70²⁰, nomeadamente em 1979, quando a escala de Santarém atinge os 8,89m. É a maior cheia desde 1852, ano em que se começaram a fazer registos contínuos e sistemáticos.

Os motivos que explicam estas cheias tão excepcionalmente ou anormalmente grandes prendem-se com o facto de “às águas vindas de Espanha se junta[rem] as vindas da Serra da Estrêla”²¹, através do rio Zêzere. É a água do monte²², a mais fértil. Dadas as dimensões do rio e da sua bacia hidrográfica, as inundações podem manter os campos submersos durante dias e, até, semanas, numa área de inundação entre 2 e 10 Km.

As causas para as cheias não se podem, contudo, imputar às condições climatéricas, mas também às “características topográficas da área em análise”²³. O facto de o rio estar cheio de mouchões, de as suas margens não serem tratadas devidamente e de aumentar o seu assoreamento, assim como os próprios sistemas de defesa dos campos, com diques e valas, são motivos que podem transformar uma qualquer cheia regular numa *grande cheia*.

¹⁹ Estas cheias decorreram em Fevereiro de 1902, Dezembro de 1909, Dezembro de 1910, Fevereiro de 1912, Março e Dezembro de 1916 e Fevereiro de 1919.

²⁰ Na década de 1940 destacam-se as cheias de 1940, 1941 e 1947 (Serviço Nacional de Protecção Civil, 1990).

²¹ Abel Mário de Noronha Oliveira e Andrade, “Relatório das cheias do Tejo”..., p. 21.

²² José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, Ribatejo. Portugal, *O saborda Terra...*, p. 7.

²³ João Soromenho Rocha, “Caracterização das Zonas Sujeitas a Risco de Cheias” ..., p. 1-10.

2.1.3 - *Entre a Dádiva e a Desgraça*

A ocorrência de inundações, apesar de constituir uma calamidade natural, causa de muitos danos materiais e, por vezes, humanos, é aceite pelas vantagens que traz, principalmente para os campos que, fertilizados pelos detritos da água, formam os chamados nateiros ou aluviões, responsáveis pela maior produção da sementeira seguinte e pelos campos de pasto verdejantes. Em simultâneo, limpa os campos dos animais e parasitas indesejados que podem prejudicar as culturas. Mas nem tudo são benesses para o campo e para as populações assoladas. Várias são as desvantagens, traduzidas nos prejuízos provocados pelas cheias. Os mais focados e sentidos pela população prendem-se com a destruição de alguns campos de cultivo, resultante de rombos nos diques insubmergíveis, em geral nas grandes cheias, formando alvercas e pequenas lagoas. Apropriada vegetação das margens, plantada para sustentar as águas e proteger os campos, é destruída e arrastada pela força da corrente dando origem a novos mouchões. Estes, por sua vez, modificam o curso do rio, criando bancos de areia e goivas, nas zonas de maior pressão das águas, entrando pelos campos e devastando-os.

A estes prejuízos visíveis, em certos casos, apenas a médio prazo, somam-se outros mais directos como a inundação de casas de habitação, que destrói os haveres pessoais, as alfaias agrícolas e provoca a morte do gado que não se conseguiu salvar a tempo. Por outro lado, os serviços públicos ficam interrompidos e as vias de comunicação intransitáveis, por submersão ou por destruição do piso, isolando povoações durante semanas, como a Azinhaga, o Reguengo do Alviela e a Tapada, locais onde os contactos e o abastecimento são garantidos por um serviço de barcos.

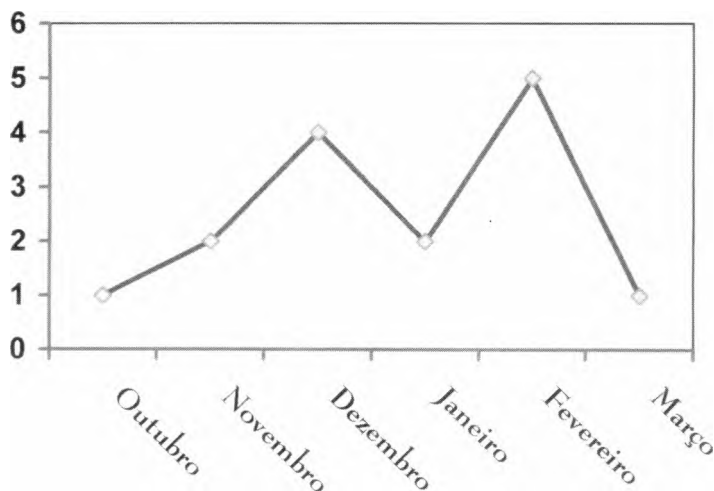
Tudo isto implica, conseqüentemente, largas despesas para salvar pessoas, animais e haveres, além dos custos relativos à recuperação dos

danos e das perdas de rendimentos económicos, sem esquecer os problemas de saúde pública gerados pelas águas insalubres que afectam parte da população. Apesar de tudo isto, o Ribatejo mantém uma elevada densidade populacional e as cheias são encaradas como um mal necessário que faz parte da sua vida.

2.1.4 - Cheias: Um Fenómeno Cíclico

A grande frequência e regularidade de ocorrência de cheias permite considerá-las como um fenómeno cíclico da natureza. Em termos anuais, essa é uma perspectiva aceitável, uma vez que a maioria das grandes cheias ocorre nos meses de Dezembro e Fevereiro, seguindo-se os meses de Janeiro e Novembro, meses em que os rios têm os seus caudais no máximo e as terras deixam de absorver a água da chuva (gráfico 1). Em

Gráfico 1
Meses de cheia (1901-1920)



certos casos é possível constatar que a uma cheia ocorrida em Dezembro de um ano se sucede uma outra no início do ano seguinte, portanto com o espaço de um ou dois meses, tempo insuficiente para que o rio volte ao seu caudal normal, principalmente se a precipitação registada for elevada. Exemplifica-o a cheia de Dezembro de 1914, a que se seguiu outra em Janeiro de 1915, ou a cheia de Dezembro de 1916, seguida da de Fevereiro de 1917. É possível verificar, também, uma certa periodicidade nos anos de cheia, apesar de se registarem algumas excepções, como a década de 10 em que ocorreram cheias em quase todos os anos. Assim, são os anos de início e final das décadas aqueles com maior frequência de grandes cheias: 1909, 1919, 1940 e 1941 ou, mais recentemente, 1969, 1979 e 1989. A meio da década regista-se um outro ponto alto como o demonstram as cheias de 1876, 1895, 1915, 1916, 1926 e de 1935.

Entre estas grandes cheias, apenas algumas, segundo João Rocha, são consideradas catastróficas, isto é, aquelas que originam desastres ocorrendo com uma periodicidade maior, que se associa a valores de períodos de retomo da ordem dos 50 a 100 anos, embora considere que em regiões críticas esse retomo se possa verificar na ordem dos 20 anos²⁴. Pela grande proximidade de valores das cheias registadas desde 1852, não será fácil determinar essa hipótese, embora se verifique que a maior cheia do século XX, em 1979, ocorreu, sensivelmente, cem anos após a maior cheia, de que há dados concretos no século XIX (1876) mostrando que, afinal, as cheias são um fenómeno cíclico, apesar de todas as tentativas de controlo dos caudais do rio e do enorme esforço para dominar a própria natureza.

²⁴ *Ibidem*, p. 1-11.

2.2 - Os terremotos

2.2.1 - *Terramotos, Abalos de Terra, Tremores de Terra e Sismos*

A movimentação continua das placas terrestres e a instabilidade de determinadas camadas do subsolo dão origem a vibrações de maior ou menor intensidade, permitindo que sejam ou não perceptíveis ao ser humano. A esta actividade dá-se, cientificamente, o nome de sismo. No entanto, entre os populares as designações mais usuais são: *terramotos*²⁵, *tremores de terra* ou *abalos de terra*, expressando a sensação que sentem perante tal fenómeno - a de que a terra está a estremecer.

2.2 - *Do Simple Abalo à Catástrofe*

Tal como as cheias, os sismos não se podem compreender como um fenómeno único, uma vez que apresentam variações de acordo com a sua natureza, intensidade e consequências. Os mais frequentes e mais violentos são os de origem tectónica, resultantes da movimentação das placas. A sua percepção e intensidade são também muito variáveis podendo ser captados, apenas, por sismógrafos muito sensíveis, representando o “echo muito atenuado”²⁶ de grandes terremotos ocorridos em locais longínquos, como o sismo ocorrido em finais de Dezembro de 1908, em Messina, Itália, que foi registado pelo sismógrafo do Observatório de Coimbra²⁷. Outros são sensíveis ao homem e atingem, por

²⁵ A designação de terramoto refere-se a sismos ocorridos em terra atingindo grandes proporções, distinguindo-se, também, dos sismos que têm origem no mar, os maremotos, que provocam agitação das águas, formando, junto à costa, ondas de grandes dimensões conhecidas por tsunami.

²⁶ José de Oliveira Ferreira Diniz, “Contribuição para o Estudo dos Tremores de Terra em Portugal. O Abalo Sísmico de 23 de Abril de 1909”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XLI - 1910, n.º 483-484, Março - Abril, Lisboa, Imprensa Nacional, 1919, p. 310.

²⁷ Paul Choffat, “Sur les Tremblements de Terre en Général et sur Les Rapports entre ceux de

vezes, proporções devastadoras. Para medir a magnitude do fenómeno, são definidos diferentes graus de intensidade traduzidos em escalas. No início do século XX, a escala de Rossi-Forel, definida em 1883 e baseada nos efeitos provocados “sobre os homens e nos edifícios”²⁸, compreendendo dez graus diferentes, assim como a escala de *Mercalli*, que modificou a anterior e veio a ser, também ela, modificada mais tarde, estabelecendo doze graus distintos, eram as mais usadas²⁹.

Apesar de inesperados, os sismos podem, de certo modo, ser previstos pelos chamados *abalos premonitórios*, da mesma forma que, passado o momento principal, se mantêm, em geral por longo tempo, as suas *réplicas*, embora com uma intensidade decrescente. Ainda associado ao sismo surge o *ruído* por si provocado, “um ruído especial que pode ser comparado ao rodar de uma carruagem ou de uma bateria de artilharia em um pavimento calçado, ao tiro do canhão a distancia, etc.”³⁰. O grande terramoto de 1755, em Lisboa, é disso exemplo, como referem algumas descrições.

2.3 - Os Sismos em Portugal: A Bacia do Tejo: Uma Zona de Perigo

Situado numa zona de ligação das placas continentais euro-asiática e africana, e 150 Km a norte da fractura Açores-Gibraltar³¹, Portugal está

Portugal et ceux de l'Italie Méridionale”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XL - 1909, n.º 469-471, Janeiro-Março, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 21.

²⁸ José de Oliveira Ferreira Diniz, “Contribuição para o Estudo dos Tremores de Terra em Portugal”..., p. 313.

²⁹ Hoje em dia, a par desta escala de Mercalli, usa-se frequentemente a escala de Richter, estabelecida em 1935, compreendendo diferentes graus, até um máximo de 8 1/2, medidos “suivant la distance maxima à laquelle les ondes ont été correctement enregistrées sur les séismographes” (Jean-Pierre Rothé, *Séismes et Volcans, Que Sais-Je?*, Paris, Presses Universitaires de France, 1946, p. 70).

³⁰ José de Oliveira Ferreira Diniz, “Contribuição para o Estudo dos Tremores de Terra em Portugal”..., pp. 316-317.

³¹ Antonio Gomes Coelho, “Falhas Activas e Casualidade Sísmica em Portugal”, *Simpósio*

localizado numa zona de frequente actividade sísmica, como o revelam as numerosas referências ao longo do tempo, com destaque para o terramoto de 1755, que devastou a cidade de Lisboa e que é considerado “probably the most violent in historie time”³². Por esse facto, os sismos que têm origem no mar, numa zona de sismicidade elevada, atingem uma maior magnitude que a sismicidade gerada em terra, geralmente de intensidade moderada.

As áreas do país de maior risco são a região de Lisboa e o Algarve, pela sua proximidade com o oceano e com a ligação entre as placas continentais, bem como o vale do Tejo. Aqui, os terrenos de aluvião, por natureza instáveis, provocaram um falha, por abatimento, resultante de formações recentes - quaternárias - ainda em fase de evolução, justificando o registo da maioria dos sismos ocorridos em território português ao longo da história.

3 - Quando as Calamidades acontecem...

3.1. -As Águas Sobem Devastando Tudo...

3.1.1 - As Grandes Cheias: Castigo ou Benesse da Natureza?

Apesar da grande regularidade com que se registam as inundações nas zonas ribeirinhas do Tejo, a sua ocorrência é motivo de grande sobressalto e tristeza, mas de alguma esperança. A incerteza quanto às suas dimensões e aos vastos estragos provocados nas culturas, nos campos, assim como nas habitações, levam as populações a temê-las e a

sobre Catástrofes Naturais. Estudo, Prevenção e Protecção, Ordem dos Engenheiros e LNEC, Lisboa, 8-10 de Novembro de 1993, p. 1-18

³² Artigo “Disasters. Earthquake, Volcanic Eruptions and Tidal Waves”, Collier’s Encyclopaedia, vol, 8, New York, Macmillan Educational Company, 1992, p. 256.

considerá-las um castigo, pois, embora aceites como parte do calendário agrícola, nunca é possível prever a sua intensidade³³.

As famílias mais pobres, que vivem do trabalho agrícola, vêem as cheias uma fonte de miséria e de doença devido aos longos períodos de inactividade que proporcionam; os proprietários contemplam as suas sementeiras perdidas e os comerciantes ficam impossibilitados de exercer a sua actividade, pelo isolamento e dificuldades de comunicação, assim como pela difícil situação económica dos seus clientes. Deste modo, toda a sociedade local se ressentida das cheias e vê nelas um motivo de desgraça e de infortúnio. Essa mesma sociedade, nomeadamente os proprietários, sabe também que as suas consequências são favoráveis, proporcionando-lhes melhores rendimentos, como se a natureza concedesse uma benesse, uma dádiva, àqueles que vivem em íntimo contacto com ela. A cheia de Dezembro de 1909, suplantando as inundações de 1876 e 1895, demonstra essa realidade. Destruindo “quasi por completo as sementeiras dos cereaes (...), produzindo desmoronamentos de prédios e muros, desgraçando famílias inteiras que n’este momento estão lutando com a miséria, e prejudicando consideravelmente o commercio local [é muito] desejada pelos lavradores, prejudicados pela bicharáda que há alguns annos vem devastando as searas, accrescendo a circumstancia de serem as terras enriquecidas com fertilizantes nateiros”³⁴.

Verifica-se assim a existência de uma noção clara dos benefícios que resultam da sua ocorrência. Aliás, as preocupações com o tempo que faz ao longo do ano mostram bem a importância que têm as condições climáticas para as populações rurais, funcionando como elemento regulador do ano agrícola e dos resultados que ele produzirá. Por esse

³³ Jean Delumeau e Yves Lequin, *Les Malheurs des Temps. Histoire des Fléaux et des Calamités en France*, Paris, Larousse, 1987, p. 368.

³⁴ “Uma Cheia Notável”, *O Futuro da Gollegã*, 1 de Janeiro de 1910, p. 1.

facto, são frequentes afirmações como: “Chuva de oiro, chuva de riquezas, bemdita sejam!”³⁵, louvando a importância da chuva para as colheitas e atribuindo-lhe uma origem quase divinizada. A imprensa revela-o também ao focar a preocupação dos lavradores que “continuam muito desanimados com a falta de chuvas”³⁶.

A ausência prolongada de chuvas é de tal modo considerada um grave problema que as populações, numa tradição secular, invocam o divino, realizando procissões de penitência ad *petendam pluviam*, uma demonstração evidente do forte papel que detém a religião nos meios rurais. O grande número de inundações e de invernos chuvosos registados nas duas primeiras décadas do século XX, nomeadamente na segunda, não justificaria, por isso, estas celebrações penitenciais. Apesar dos temores e reveses que as cheias provocam na população, a sua ocorrência e as suas consequências são aceites com maior naturalidade do que uma seca prolongada, compreendendo-se, inclusive, que as grandes proporções que as cheias podem atingir se devem, não à ira divina, mas, sobretudo, à incúria humana, nomeadamente das entidades competentes, na preservação e realização de melhoramentos no curso do rio Tejo e nos meios de defesa dos campos. Contudo, perante a ineficácia dessa intervenção, que poderia resolver parte do problema ou, pelo menos, tentar controlá-lo, as populações da borda d’ água mantêm a sua forte devoção ao sagrado, apelando à sua intercessão e misericórdia nos momentos mais difíceis.

3.1.2-À Espera das Águas: atitudes perante as inundações

“A cheia faz parte da nossa vida. É uma desgraça igual a muitas outras, como a falta de trabalho ou a pouca comida na malga”³⁷. Com estas

³⁵ O Que Nós Sabêmos. O Tempo, *Jornal da Chamusca*, nº 37, 18 de Outubro de 1908, p. 2.

³⁶ Correspondências. Gollegã, *Jornal da Chamusca*, nº 76, 18 de Julho de 1909, p. 3.

³⁷ Alves Redol, *Fanga*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, p. 130.

palavras Alves Redol explicita a perspectiva que os ribatejanos têm das inundações. Assolados com regularidade pelas cheias (na década de Dez , por exemplo, apenas os anos de 1911 e 1918 não foram anos de enchente), as populações habituaram-se a conviver com elas e a pressentir os seus sinais, por vezes até de uma forma exagerada. Perante uma qualquer chuvada intensa e assim que aumenta o caudal do Tejo, a imprensa local, reflectindo o pensamento rural, faz imediatas previsões de cheia. Em Dezembro de 1908 o *Jornal da Chamusca* noticiava que a “chuva cahiu impertinente” de forma que “o Tejo tomou grande volume; espera-se uma cheia”³⁸. Em Março do ano seguinte, o mesmo periódico dava conta de uma chuva torrencial que poderia vir a provocar uma aziela, pois, “o Tejo tem engrossado muito receando-se uma cheia, o que viria prejudicar extraordinariamente os campos”³⁹. Em 1911, ano considerado normal e sem cheias pelos Serviços Hidráulicos, O Tejo, boletim do Grémio Ribeirense, fazia alusão a uma cheia, tendo o rio “galgado as margens e inundado em diversos pontos algumas terras proximas”⁴⁰, ultrapassando outras duas enchentes ocorridas em Abril do mesmo ano. A mínima alteração do caudal do rio, na sequência de chuvas era, assim, vista como sinal de cheia, o que em muitos momentos se veio a confirmar, mostrando a facilidade com que o rio sai do seu leito e invade os campos marginais.

Face a esses indícios os populares tomam medidas preventivas para limitar as suas perdas. Aos primeiros sinais de subida das águas do rio e de invasão dos campos marginais, começa a preocupação na defesa das moradias, mudando-se os bens para locais mais elevados. Aqueles que possuem casas de dois pisos organizam-nos já a pensar nas cheias,

³⁸ “O Que Nós Sabêmos. O Tempo”, *Jornal da Chamusca*, n.º 47, 27 Dezembro de 1908, p. 2.

³⁹ “O Que Nós Sabêmos. O Tempo”, *Jornal da Chamusca*, n.º 59, 21 de Março de 1909, p. 2.

⁴⁰ “Subida das Aguas”, *O Tejo*, n.º 11, 1 de Novembro de 1911, p. 1.

habitando o piso superior e deixando o piso térreo para guardar os bens de menor importância. Do mesmo modo, se revela uma preocupação em proteger os animais, fonte de rendimento, que são conduzidos para pontos mais elevados do terreno, de forma a impedir que sejam levados ou morram nas águas revoltas. Aceleraram-se também os trabalhos agrícolas para evitar a sua perda. Por esse facto, nas inundações de Outubro de 1907, “n’ algumas vinhas chegou-se a trabalhar de noite, á luz de archotes com receio que as águas inundassem todo o campo”⁴¹. Nos locais mais elevados as vindimas continuaram, “sendo as uvas transportadas em barcos até à Ribeira”⁴².

A solidariedade é a nota dominante nestes momentos, registando-se uma grande entreaajuda entre as populações rurais para salvar os seus bens e rendimentos. Nas zonas mais críticas - Golegã, Azinhaga, Almeirim, Reguengo do AI viela, Ribeira de Santarém e Tapada - é tempo de preparar as embarcações que funcionarão como veículos de transporte em caso de isolamento ou de inundação das habitações. Aqueles que possuem embarcações ou outros tipos de transporte colaboram com os vizinhos ou dependentes. É o caso da Casa de Cadaval, em Muge, e do proprietário Luís Sommer, na zona de Coruche.

Ao nível oficial há um controlo das águas a cargo dos Serviços Hidráulicos, estabelecendo-se vários pontos específicos onde se fazem observações hidrométricas de acordo com um horário definido. Nos períodos de maior enchente, essas leituras são feitas por três horas e até de hora a hora, havendo um serviço de vigilância permanente. As populações, de forma a evitarem surpresas inesperadas, fazem a sua própria vigília das águas, estabelecendo determinados níveis de referência

⁴¹ “A Cheia, O Serviço das Vinhas Prejudicado pela Inundação”, *Correio da Extremadura*, nº 862, 19 de Outubro de 1907, p. 1.

⁴² *Ibidem*.

para as classificar, como a imagem de Santa Iria, na Ribeira de Santarém, num misto de sabedoria popular e de devoção religiosa. Além disso, os mecanismos oficiais nem sempre revelam a eficácia necessária para controlar as cheias, em grande parte por falta de recursos, nomeadamente de barcos que permitam a comunicação com as zonas assoladas. Por esse motivo, lamentava o Correio da Extremadura, em Novembro de 1907, que a “secção dos serviços fluviais não tenha adquirido para se utilizar em ocasião de cheias um pequeno escalor a vapor que tão bons serviços poderia prestar à população dos campos”⁴³.

Se, durante o Inverno, é relativamente fácil prever a cheia e preparar-se para a sua chegada, a situação é pior quando se registam azielas, que surgem fora de tempo e de forma inesperada, em Abril e Maio ou em Outubro, causando “alguns prejuizos, visto que não estavam as vindimas concluidas e os tomates ainda tinham bastante fructo que se perdeu todo”⁴⁴. Apesar dessas perdas, os lavradores ficam satisfeitos, mostrando que a avaliação dos prejuizos ou beneficios das cheias são relativos, pois o que para uns é motivo de desgraça para outros é sinal de sorte. Por outro lado, os campos mantêm-se inundados durante longo tempo em algumas zonas, impedido a rápida retoma das tarefas agrícolas, o que se reflecte na “classe trabalhadora, que é numerosa, atravessando uma terrível crise de trabalho cujas consequências são fáceis de prever: a fome com todos os seus horrores”⁴⁵, facto que exige, com frequência, a intervenção das autoridades locais.

Outras entidades, a título particular, organizam sistemas de prevenção para ajudar nos momentos de inundaçãõ, fazendo-o, por vezes, de forma mais eficaz. É o caso do *Corpo de Socorros a Náufragos e Inundados*,

⁴³ A Cheia, *Correio da Extremadura*, n.º 865, 9 de Novembro de 1907, p. 2.

⁴⁴ Inverno, *O Futuro da Gollegã*, n.º 123, 20 Outubro de 1907, p. 3.

⁴⁵ O Tempo, *O Futuro da Gollegã*, n.º 134, 12 de Janeiro de 1908, p. 2.

criado pelo Grémio Ribeirense após a grande cheia de 1910, que se preocupa, numa missão filantrópica, durante o ano, em “angariar donativos para o próximo inverno [e] (...) se habilitar à distribuição de alimentação, aos que por motivo de inundações, de tal carecerem”⁴⁶, além de se propor a “albergar por ocasião das inundações as famílias que não tenham as suas casas em condições de serem habitadas”⁴⁷. Vivendo de perto o problema, têm uma noção mais exacta das suas dimensões e das necessidades mais prementes das populações, desempenhando um papel de grande importância na cadeia de solidariedade e de cooperação que se desenvolve em tempo de cheia.

3.1.3- Durante a Cheia: Viver numa Zona Inundada

Mesmo com todas as precauções tomadas para minorar os danos das cheias, as populações vivem, sempre intensamente, o drama de ver as suas habitações inundadas e os seus bens destruídos. Na cheia de 1902, só na Ribeira de Santarém, ficaram quinhentas casas inundadas. Na Golegã é a zona da *Baralha*, mais próxima do rio, a que fica alagada.

Nesses dias de dilúvio, em que as ruas dão lugar a canais, por onde se circula de barco, vive-se na incerteza e num receio constante. É a preocupação com o possível desmoronamento dos edifícios, feitos de adobo, ou de um assalto à habitação que se teve de abandonar. Nesse sentido as autoridades locais estabelecem um sistema de policiamento. No entanto, as frequentes queixas dos populares e da imprensa fazem prever a sua fraca eficiência. Em 1907, denunciava-se a falta de vigilância nas ruas inundadas na Ribeira de Santarém, onde “nem um guarda apparec[ia] para patrulhar os locais”, facto mais flagrante quando também

⁴⁶ Corpo de Soccorros, *O Tejo*, nº 7, 1 de Setembro de 1911, p. 2.

⁴⁷ Corpo de Soccorros, *O Tejo*, nº 8, 15 de Setembro de 1911, p. 2.

“estavam apagados os candieiros d’illuminação”⁴⁸, facilitando a sorte aos meliantes.

Outras denúncias vão para a falta de actuação da Secção Fluvial dos Serviços Hidráulicos a quem cabe o controlo do rio. A necessidade de ter que alugar embarcações em Vila Nova da Barquinha para auxiliar as populações do Reguengo do Alviela, durante a cheia de Fevereiro de 1902⁴⁹, traduz os seus limitados recursos (que se continuarão a fazer sentir nas cheias de 1910⁵⁰), assim como a falta de um plano de prevenção e de actuação previamente definido, em particular quando, nos momentos mais difíceis, todos os municípios clamam por auxílio ao mesmo tempo.

Ao Estado, através das autarquias locais e, em especial, do Governo Civil, são pedidas ajudas de âmbito financeiro vindas do Cofre dos Inundados, assim como algumas embarcações a vapor⁵¹ para colaborar no salvamento de pessoas e, sobretudo, de animais, devido à falta de meios próprios para resolver todos os problemas, apesar da organização de comissões para, localmente, obterem meios de salvamento e angariarem donativos. As comissões, aliás, são uma das formas organizadas que melhor contributo dão aos necessitados. Em muitos casos surgem, espontaneamente, da preocupação de alguns indivíduos, sem intervenção de entidades. Tal sucedeu, por exemplo, em 1902, com um grupo de habitantes da Ribeira de Santarém que “solicitaram do meritíssimo governador civil providências para acudir aos trabalhadores

⁴⁸ A Cheia. Algumas Ruas da Ribeira, *Correio da Extremadura*, n.º 865, 9 de Novembro de 1907, p. 2.

⁴⁹ A Cheia, *Correio da Extremadura*, n.º 568, 1 de Março de 1902, p. 3.

⁵⁰ A Cheia, *Correio da Extremadura*, n.º 1025, 10 de Dezembro de 1910, pp. 3-4.

⁵¹ Nas cheias de 1909 e 1910 é um vapor, vindo de Lisboa, por solicitação do Governador Civil, de nome Voador que presta maior auxílio. Apesar dos frequentes pedidos para aquisição de embarcações para estarem sempre ao serviço dos Serviços Hidráulicos, “nunca dos governos outra coisa se conseguiu que não fosse... promessas”, revelando, uma vez mais, a incapacidade governativa e as graves dificuldades económicas com que o Estado se debatia (A Cheia, *Correio da Extremadura*, n.º 1025, 10 de Dezembro de 1910, pp. 3-4).

e marítimos dos bairros da Ribeira e Alfange que lutam com a falta de recursos”⁵², conseguindo a distribuição de rações para as famílias.

Do mesmo modo agiu o *Corpo de Socorros a Náufragos e Inundados do Grémio Ribeirense* que, aquando da cheia de 1910, “manteve o fornecimento d’essa alimentação durante 8 dias consecutivos, que tantos foram a duração mais elevada da cheia”⁵³. Os donativos em alimentos compreendiam no geral pão, farinha, arroz, feijão e bacalhau. Em certos casos, acrescentava-se algum dinheiro para gastos pessoais⁵⁴.

A generosidade individual é, aliás, um dado frequente para superar as dificuldades. A noção de que não se está perante um drama particular, mas sim colectivo, ajudará a ultrapassá-lo melhor. Assim, a entreada comum entre as comunidades rurais e que se manifestara já, de forma evidente, aos primeiros sinais de inundação, mantém-se no período mais difícil. O salvamento de “700 cabeças de gado lanígero”⁵⁵ feito, a título particular, por barcos da Ribeira, bem como as dádivas de bens de primeira necessidade, feitas por um comerciante da mesma localidade, comprovam-no. Pela sua posição social e económica, são os comerciantes e proprietários, aqueles que concedem as maiores ajudas. Aos populares cabem os contributos sob a forma de força de trabalho e companheirismo.

Às dificuldades decorrentes da falta de trabalho e de rendimentos acrescem os dramas humanos. A cheia não leva apenas os resultados de um ano de intenso labor, mas também dizima vidas humanas. Em alguns casos por descuido ou atrevimento, noutros por imprevisto, as inundações ficam marcadas por acidentes pessoais, por vezes fatais. Um barco que

⁵² *Ibidem*.

⁵³ Corpo de Socorros, *O Tejo*, nº 6, 15 de Agosto de 1911, p. 2

⁵⁴ A Comissão Paroquial de Santa Iria distribuiu aos desalojados e pobres das cheias de 1910, além de “meio kilo de pão, meio kilo de arroz, meio kilo de bacalhau (...) 60 réis em dinheiro” (Donativos às Vítimas as Inundação, *Correio da Extremadura*, nº 1026, 17 de Dezembro de 1910, p. 3).

⁵⁵ Corpo de Socorros, *O Tejo*, nº 6, 15 de Agosto de 1911, p. 2

se vira no meio da enchente, em virtude das fortes correntes da água, mas salvando-se o seu tripulante; um indivíduo que quase morre quando tenta salvar uma criança que cai às águas; um outro que desaparece com a sua embarcação durante dias, pensando-se morto⁵⁶ ou a morte de dois pescadores, perto do dique da Ónias, são episódios que ocorrem com frequência e que, em certos casos, resultam em tragédia.

Além das populações da *borda d'água*, que sofrem directamente os efeitos das cheias, estas influenciam a vida de grande parte do país, condicionando ou paralisando a circulação de pessoas, informações e mercadorias. Por ocasião das cheias de 1909, além do corte das linhas de telégrafo, também as linhas férreas ficaram intransitáveis em certos pontos e destruídas por um rombo, no “aterro da linha de Muge ao Setil”, na sequência do que “alguns estudantes e marinheiros, que iam passar o Natal a suas casas, tiveram de resignar-se a ficar pelos hotéis, casas de pasto e a maior parte dentro das próprias carroagens”, facto que viria a revelar-se “um bom negócio para as casas de venda proximo da estação”⁵⁷.

As cheias permitem, deste modo, o benefício directo de alguns à custa do sofrimento dos outros, revelando uma tentativa de explorar todos os potenciais da calamidade, transformando-a num benefício imediato. Assim sucedeu às vinte e duas galinhas que, na cheia de 1909, morreram afogadas num galinheiro que vieram a ser vendidas, a 200 réis cada uma, na Ribeira, um preço acessível que permitiu “uma verdadeira consoada para os pobres”⁵⁸. Noutros casos a subida das águas, só por si, é sinónimo de benefício, favorecendo, em especial, a pesca. Tal situação regista-se, na Chamusca, em 1908, aparecendo no mercado “grande abundancia de fataça, vendida a 120 réis o kilo”⁵⁹. No entanto, segundo

⁵⁶ A Cheia, *Correio da Extremadura*, n.º 568, 1 de Março de 1902, p. 3.

⁵⁷ A Cheia do Ribatejo, *Correio da Extremadura*, n.º 976, 25 de Dezembro de 1909, p. 3.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 4.

⁵⁹ O Que Nós Sabêmos. O Tejo, *Jornal da Chamusca*, n.º 34, 27 de Setembro de 1908, p. 2.

o Código de Posturas desta autarquia, de 1893, era “proibido ir pescar por cima da área das vinhas”, sujeitando-se os infractores a pagar “1\$200 réis e o prejuizo que causa[ssem]”⁶⁰.

A carência de produtos alimentares, provocada pela inactividade agrícola ou pela grande procura, origina o seu encarecimento, tomándo-os ainda menos acessíveis à *classe trabalhadora* e justificando os problemas de miséria e fome com que esta se debate em tempo de cheia. Os comerciantes e os mais abastados conseguem contornar melhor as dificuldades e fazê-las reverter em seu favor.

Além do aproveitamento económico, as cheias provocam, também, a curiosidade de contemplar a tragédia, constituindo um polo de interesse e de diversão das gentes locais e daqueles que se deslocam, propositamente, aos locais atingidos para observar as dimensões da inundação e dos danos por ela causados. A imprensa com os seus títulos sugestivos⁶¹ e as suas descrições, por vezes empolgadas, dos factos tem um peso importante no despertar desse interesse. Na cheia de Novembro de 1907 muitos forasteiros vieram apreciar a paisagem, escolhendo as pontes por serem os locais “d’onde melhor effeito produzia a innundação dos campos”⁶². Em 1909, talvez pela maior dimensão da cheia e pelo facto do Ribatejo estar a recuperar do sismo de 23 de Abril, é o próprio rei, D. Manuel II, quem visita as várias localidades inundadas, acompanhado pelo Ministro das Obras Públicas e pelos directores gerais do ministério, personificando a preocupação e interesse do Estado e, provavelmente, tentando reforçar a sua imagem face a um movimento republicano que vai ganhando força e adeptos nos meios populares.

⁶⁰ *Código de Posturas, Regulamentos e Outras Disposições Policiaes da Câmara Municipal da Chamusca*, artigo 264º, Santarém, Typographia Bernardino Santos, 1893, p. 69.

⁶¹ Atributos como notável, grandiosa, imponente e lindíssima são usuais na imprensa regional para caracterizar as cheias, mostrando o forte impacto que causam na população.

⁶² Cheia no Campo, *O Futuro da Collegã*, n.º 127, 17 de Novembro de 1907, p. 2.

Toma-se visível que, se as cheias, por um lado, travam e paralisam a vida diária das populações rurais, por outro, desencadeiam reacções que permitam ultrapassar as dificuldades, despertando e fazendo transparecer os sentimentos humanos mais profundos e contraditórios como o voluntarismo, a filantropia e a coragem ou a valorização dos interesses pessoais, o oportunismo e o egoísmo de cada um como reflexo da própria sociedade.

3.1.4 - Depois do Dilúvio: o Regresso à Normalidade

Passados os momentos difíceis, quando as águas baixam e o rio volta ao seu leito, é tempo de estimar e contabilizar os danos e perdas e de procurar retomar o rumo normal da vida quotidiana com certa brevidade. Além das habitações e dos outros bens particulares que cada um terá de recuperar por si, são as vias de comunicação e os diques e valas de defesa dos campos aqueles que maiores estragos evidenciam, sendo usuais as notícias sobre os rombos sofridos por estes. A cheia de 1909 causou inúmeros danos nas estradas, pontes, diques e até no rio Tejo e nos seus afluentes (quadro 2).

Se os auxílios prestados por várias entidades ou pessoas a nível particular ajudam as populações atingidas a superar as suas dificuldades imediatas, dando-lhes alimentos, vestuário e local onde se abrigarem, até poderem voltar às suas casas, as destruições e estragos registados nos campos, nos sistemas de defesa destes e nas vias de comunicação exigem apoios de maiores dimensões, constituindo um grave problema para as autarquias locais, que lutam, em geral, com grandes dificuldades económicas. Em sessão ordinária, a Câmara Municipal da Golegã, em Janeiro de 1908, dá conta do estado intransitável em que se encontram “as estradas e caminhos vicinais n’este concelho e mormente as que existem na area do campo [devido ao] rigoroso inverno e às sucessivas

inundações que ultimamente tem havido”⁶³, deliberando a afixação de editais para se entregar, por arrematação, as obras de reparação.

Numa atitude altruísta, a mesma edilidade, na tentativa de ajudar a classe trabalhadora, pede autorização para “levantar do fundo de viação a importância que d’ali se pudesse desviar, para com alguns donativos dos principais proprietários d’esto concelho (...), ocorrer aos trabalhadores mais necessitados”⁶⁴. Não sendo isso suficiente solicita também um donativo do Estado, o que mostra a vida precária que rodeia os assalariados durante os anos de grande cheia, os quais além de sujeitos ao flagelo das águas, que lhes leva os rendimentos, têm de pagar contribuições ao Estado. Consciente dessa situação a Câmara Municipal da Golegã propõe o envio de um ofício ao Governador Civil de Santarém, pedindo a “prorrogação de prazo para o pagamento das referidas contribuições”⁶⁵, solicitação que se voltará a fazer em 1910⁶⁶. Por outro lado, tentando resolver parte do problema e, em simultâneo, reparar os danos sofridos com alguma rapidez, propõe a Câmara utilizar os singeleiros que lutam “com uma crise de falta de trabalho”⁶⁷ na reconstrução de calçadas de pedra e seixos.

No final de 1909, de novo a problema se apresenta, na sequência da grande cheia de Dezembro e, de novo, a autarquia da Golegã se esforça para ajudar os mais necessitados. Desta vez, perante uma inundaçãõ de dimensões maiores, pede-se ao Governador Civil a autorização para levantar da *Caixa Geral de Depósitos* a quantia de dezassete mil réis, do fundo de viação⁶⁸, além de se criar uma *Comissão de Socorros*, o que

⁶³ Câmara Municipal da Golegã, *Livro de Actas*, nº 24, fols. 45-46, 9 de Janeiro de 1908.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ Câmara Municipal da Golegã, *Livro de Actas*, nº 24, fols. 46-47, 16 de Janeiro de 1908.

⁶⁶ Câmara Municipal da Golegã, *Livro de Actas*, nº 24, foi. 87, 24 de Fevereiro de 1910.

⁶⁷ Câmara Municipal da Golegã, *Livro de Actas*, nº 24, foi. 52, 27 de Fevereiro de 1908.

⁶⁸ Câmara Municipal da Golegã, *Livro de Actas*, nº 24, fols. 83-84, 23 de Dezembro de 1909.

revela a inexistência de um fundo municipal para acudir a este tipo de problema, bem como a falta de uma política de prevenção anual. Da parte do governo central vão chegando também algumas ajudas, embora sempre consideradas insuficientes face aos prejuízos registados. Aquando das cheias de 1909, o Estado decide abrir um crédito até ao montante de 500:000\$000 réis, a distribuir pelos diversos Ministérios⁶⁹. Já em 1912 espera-se que “o parlamento vote os quinhentos contos de réis para remediar parte dos estragos causados pelas inundações no (...) distrito”⁷⁰.

Além destes donativos e créditos especiais são frequentes, em cada ano, as visitas de individualidades - o monarca em 1909 e vários ministros em 1910 - procurando dar conforto e mostrar a preocupação nacional, além de se fazerem promessas e projectos de melhorias. Em 1910, por exemplo, é nomeada uma comissão, por portaria de 7 de Janeiro, para executar um “plano geral de melhoramento do valle do Tejo, desde as portas de Rodam até as lezirias e campos de Villa Franca de Xira, compreendendo drenagem, colmatagem, irrigação, aproveitamento das águas para a produção de energia e para a navegação e obras de defesa contra as cheias”⁷¹, estabelecendo o ponto da situação do rio e traçando várias estratégias para o seu melhoramento. As conclusões dessa comissão serão apresentadas em Abril desse ano⁷². No entanto, a lentidão com que o projecto é posto em prática desanima os agricultores que continuam a ver os seus campos destruídos, ano após ano, com as sucessivas cheias.

Muitas medidas de engenharia hidráulica, tomadas pelos serviços especializados e pelo Estado, são, aliás, postas em causa e contestadas, quer pelas autarquias como pela população, considerando-se que, em

⁶⁹ *Diário do Governo*, nº 5, 8 de Janeiro de 1910.

⁷⁰ Câmara Municipal da Golegã, *Livro de Actas*, nº 26, foi. 44, 29 de Fevereiro de 1912.

⁷¹ *Diário do Governo*, nº 16, 21 de Janeiro de 1910.

⁷² “Melhoramentos no Tejo”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XLIII - 1910, nº 507-508, Março-Abril, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 73-118.

vez de protegerem os campos e melhorar o rio, pelo contrário, acabam por agravar os problemas e aumentar os efeitos destruidores das cheias. É o caso do Dique dos Vinte, um dique transversal que deveria proteger os campos da Golegã e a própria vila, mas que na realidade constitui uma barreira às águas, as quais devido à força da corrente provocam rombos, destruindo a estrada e originando alvercas e lagoas que inutilizam alguns campos de cultivo. Do mesmo modo se queixam os lavradores da Vaiada e Porto de Muge que atribuem “às barragens constituídas pelos aterros da linha ferrea de Setil a Vendas Novas (...) o agravamento dos estragos e prejuizos causados nas suas propriedades pelas recentes cheias e inundações”⁷³.

Vencer e superar as inundações é uma tarefa que caberá às populações atingidas e às autarquias locais⁷⁴, dada a inércia de actuação dos poderes instituídos, facto que não surpreende nem é novo, pois estão já bem habituadas a conviver com drama das cheias.

3.1.5 - Porquê Continuar a Viver sob a Ameaça Constante?

Perante a ameaça constante de inundações seria plausível que a população tendesse a evitar as regiões ribeirinhas. A realidade revela, contudo, o contrário, mostrando essas zonas como densamente povoadas, o que, só por si, aumenta as dimensões do problema. É a prova de que para as populações da borda d'água, as cheias são um fenómeno normal ao qual estão adaptadas, apesar dos contratemplos, aflições e perdas que provocam.

⁷³ Diário do Governo, nº 10, 14 de Janeiro de 1910.

⁷⁴ A Câmara Municipal da Chamusca, por exemplo, estabelece no seu Código de Posturas de 1907 que “ todos os proprietários confinantes com o rio Tejo, são obrigados a plantar (...) salgueiros, cannas ou arvores apropriadas [para] assim fortificar as margens com aglomeração e depósito de sedimentos e areias que as enchentes arrastam ”(*Código de Posturas da Câmara Municipal do Concelho da Chamusca*, Artigo 191º, Santarém, Typographia do “Correio da Extremadura”, 1907, p. 30).

Segundo Maria Luisa Lima e Luís Miguel Faísca, a “experiência prévia de cheias” facilita essa adaptação e ajuda o “a desenvolver estratégias para lidar com essa situação quando ela tomar a surgir”⁷⁵. Além disso, a grande fertilidade dos campos e a facilidade de comunicação através do rio são grandes atractivos que convidam à permanência na região, fazendo esquecer todos os inconvenientes que essa decisão implica. A colocação de marcas de cheia, em vários pontos estratégicos, ajuda a manter a sua imagem sempre presente, além de funcionarem como pontos de referência e como forma de alerta, revelando a convivência pacífica das populações com esse risco.

As obras e projectos de protecção institucionais criam um clima de certa esperança nas melhorias, fazendo com que, por vezes, os populares se demitam das suas obrigações e do seu dever de colaborar e contribuir para essas mudanças benéficas. Por outro lado, a aposta nas obras de protecção não é a maneira mais correcta de vencer as inundações. A preocupação primordial deveria passar pelo reconhecimento do poder das águas⁷⁶. Assim se compreendem os estudos que rodearam a construção da ponte da Chamusca, em 1908, calculando-se a sua altura e as dimensões dos pilares de alvenaria de modo a suportarem as grandes cheias, sem perigo de arrastamento, submersão ou destruição.

Perante a ameaça constante, as populações encontram meios para amenizar os problemas e para facilitar a sua adaptação e ajustamento, procurando retirar todas as vantagens e benefícios que advêm da vida na região e das proximidades do Tejo.

⁷⁵ *Contribuição das Ciências Sociais para o Estudo dos Impactes das Cheias*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992, p. 43.

⁷⁶ John B. Miller, *Inondations. Personnes Menacées, Stratégies de Prévention*, New York - Genève, ONU, Département des Affaires Humanitaires, 1997, p. 78.

3.2 - ...E o Chão Estremece: O Terramoto de 1909

3.2.1 - 1909: Um Ano “Fatídico e Sombrio”⁷⁷

O ano começara sob maus augúrios. Da Sicília e do Sul da Itália, em finais de Dezembro de 1908, vinham notícias de um terrível terramoto que arrasara Messina, provocando a morte a milhares de pessoas e destruindo localidades inteiras. Tal acontecimento reavivou os receios e temores, trazendo à memória ocorrências semelhantes em Portugal, nomeadamente os sismos de 1858, 1883, 1899 e, mais recentemente, os de 1903, que assolaram, particularmente, Lisboa, o Ribatejo e o Alentejo, atingindo uma intensidade de VI-VIII graus na escala Rossi-Forel. O receio maior era, no entanto, o da repetição da catástrofe de 1755⁷⁸, o maior terramoto ocorrido no país e um dos mais violentos que se registaram até então.

Conhecedores de fenómenos idênticos, os Portugueses, numa atitude de solidariedade, logo se desdobraram na angariação de fundos para ajudar as vítimas de Itália. Pelo Ribatejo, como pelo resto do país, fizeram-se inúmeros bandos precatórios, como o de Santarém ou o da Golegã, realizado no dia 22 de Janeiro, “angariando donativos para as victimas dos terramotos do sul de Itália [porque] a caridade não conhece fronteiras, o bemfazer não tem diques”⁷⁹. Com o mesmo fim realizou-se um sarau musical e literário, no dia 31 de Janeiro, organizado pela elite local, com um vasto programa que incluiu a distribuição e declamação de um soneto sobre a catástrofe⁸⁰.

⁷⁷ A Catastrophe, *O Futuro da Golegã*, n.º 181, 16 de Janeiro de 1910, p. 2.

⁷⁸ Paul Choffat, “Les tremblements de Terre de 1903 en Portugal”, *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*, tomo V, Lisboa, Typographia da Academia real das Ciências, 1903, p. 280.

⁷⁹ Carta da Golegã, *Correio da Extremadura*, n.º 929, 30 de Janeiro de 1909, p. 4.

⁸⁰ *Ibidem*.

O sismo de Messina despertou também o interesse pela sismologia, realizando-se várias conferências e publicando-se artigos sobre o assunto, em particular na *Revista de Obras Públicas e Minas da Associação dos Engenheiros*⁸¹. Quer as acções de solidariedade, quer as de sensibilização viriam a ser um ensaio para os abalos sentidos no Ribatejo a 23 de Abril, a Catástrofe do Ribatejo como foi baptizada pela imprensa. Fora do país, também a França, em Junho, viria a sentir abalos sísmicos^{81 82}, enquanto que a Itália continuava a sentir fortes réplicas.

Além das ameaças de sismos, devido à grande actividade registada, desde o início do século, não só no país como no resto do mundo, outros temores de origem natural afligiam as populações. Os astros davam sinais⁸³ e as condições climáticas pareciam estar alteradas e contra o homem. No início do Verão de 1908 o *Jornal da Chamusca* noticiava “frios de inverno⁴⁴, ao ponto de ⁴⁴ca[ir] geada⁴⁴, além de ocorrer ⁴⁴uma trovoadas de granizo que causou muitos prejuizos”⁸⁴. Já em Março de 1909 o mesmo jornal referia uma “grande nevada pareciendo] que estavamos em plena Serra da Estrella ou nas paragens frigidissimas do montanhoso Trás-os-Montes”⁸⁵. O Verão, por sinal, virá a ser muito quente, factor comum a toda a Europa, onde o “o ar que se respira asphyxia. Semelhante ao que sahe d’uma fornalha, estonteia e abafa”⁸⁶.

⁸¹ Paul Choffat, “Sur les Tremblements de Terre en Générale et sur les Rapports entre ceux du Portugal et ceux de l’Italie Méridionale”, *Revista de obras Públicas e Minas*, tomo, XL - 1909, n° 469-471, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp. 18-32; J. M. de Mello de Mattos, “Algumas Dúvidas sobre Construções Resistentes a Tremores de Terra”, *Ibidem*, pp. 33-46.

⁸² *Ilustração Portuguesa*, n° 175, 28 de Junho de 1909, pp. 829-830.

⁸³ Em 30 de Agosto de 1905, registou-se um eclipse parcial do sol (“O Eclipse do Sol em 30 de Agosto. O Phenomeno em Lisboa”, *Ilustração Portuguesa*, n° 96,4 de Setembro de 1905, p. 700). Entretanto começava já a discutir-se a passagem do cometa Halley no ano seguinte e as suas eventuais consequências.

⁸⁴ O Que Nós Sabêmos. O Tempo, *Jornal da Chamusca*, n° 20, 21 de Junho de 1908, p. 2.

⁸⁵ Correspondências. Barquinha, *Jornal da Chamusca*, n° 57, 7 de Março de 1909, p. 3.

⁸⁶ Em Paris registaram-se 42 graus, em Sevilha e em Cordova 45° e 46°, em Melilla cerca de 52 graus (O Calor, *Jornal da Chamusca*, n° 82, 5 de Setembro de 1909, p. 1).

No final do ano, nova calamidade com a cheia de Dezembro, atingindo enormes proporções e provocando elevados estragos.

Somando a estes reveses da natureza, também a situação política e social do país não era favorável. O rei e o príncipe herdeiro haviam sido assassinados no início de 1908, numa clara demonstração do crescente descontentamento face ao regime monárquico e do desenvolvimento das forças republicanas, factos que causaram grande instabilidade e dividiram os populares. Embora as explicações científicas fossem do conhecimento público, alimenta-se, principalmente entre as populações menos instruídas, a ideia de que os abalos sísmicos e a situação do país eram um castigo de Deus contra a crescente impiedade, parecendo que “os abalos da própria sociedade ecoavam telúricamente na natureza”⁸⁷.

3.2.2 - *Os Abalos de Terra de 23 de Abril de 1909.*

Entre os vários acontecimentos que marcaram o ano, o terramoto de Abril foi, sem dúvida, o mais importante pelas proporções que atingiu. Embora assolando, principalmente, o Ribatejo, nomeadamente, a zona de Benavente, Samora Correia e Salvaterra de Magos, todo o país se viu, de certo modo, envolvido nesta tragédia.

Aquela sexta-feira, dia 23, seria em tudo igual a muitas outras. *No Observatório do Infante D. Luís* ficaria registada como o único dia de nevoeiro desse mês de Abril. No entanto, pelas 10 horas da manhã, “foram ouvidos na região epicentral ruidos subterrâneos”, mas dada a instabilidade em que o país vivia, foram “na ocasião atribuídos a uma revolução em Setúbal”⁸⁸. Tais ruídos continuariam pelo dia fora até que, cerca das

⁸⁷ Fernando Catroga, “Decadência e Regeneração no Imaginário Republicano...”, Actas do Congresso *Los 98 Ibéricos y el Mar. El Estado y la Política*, Lisboa, Torre do Tombo 27-29 Abril de 1998, Pabellón de España, EXPO 98, tomo III, Salamanca, Gráfica Varona, 1998, pp. 432-434.

⁸⁸ Maximiliano Apollinário, “Chonica. Os Estudos Seismológicos em Portugal. O Seismo de

5 horas da tarde, se ouviu um “forte rugido subterraneo, semelhante a um enorme trovão”, seguindo-se um forte abalo que “sacudiu a terra com tal energia”⁸⁹, e que se fez sentir por todo o país, bem como em grande parte da Espanha, “produzindo grande panico em Madrid”⁹⁰.

Durando apenas alguns segundos, a sua grande intensidade e os estragos causados levam a classificá-lo com um sismo de grau X na escala Rossi-Forel, na zona do epicentro, localizada no triângulo Benavente - Salvaterra de Magos - Samora Correia, uma zona constituída, na sua maioria, por terrenos de aluvião, que oferecem pouca resistência⁹¹, os quais estiveram na origem do sismo tectónico, de movimento vertical, na direcção de SW.-NE. (mapa 1). As réplicas sucederam-se durante algum tempo, nomeadamente nos dias subsequentes ao abalo, mantendo os receios populares. No entanto, foram as réplicas ocorridas a 4 de Maio e a 2 de Agosto, “alarmando grande parte da população que ainda veio para a rua”⁹², aquelas que provocaram maiores receios. Pela localização do epicentro do sismo constatou-se que este não teve origem no oceano, mas em terra, ainda que próximo do litoral, embora “franchement séparée de l’Océan par des zones d’intensité de plus en plus faibles”⁹³,

23 de Abril de 1909 em Portugal e as suas Relações com a Natureza do Solo”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XLI - 1910, n° 489-490, Setembro-Outubro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 824.

⁸⁹ O Que Nós Sabêmos. Abalos de Terra, *Jornal da Chamusca*, n° 64, 25 de Abril de 1909, p. 2.

A descrição do ruído sentido é variável, mas frequentemente comparável “ao rodar de uma bateria de artilharia, de uma carroça carregada de ferro, trovão subterraneo, etc. (José de Oliveira Ferreira Diniz, “Contribuição para o Estudo dos Tremores de Terra em Portugal”..., p. 358).

⁹⁰ José de Oliveira Ferreira Diniz, “Contribuição para o Estudo dos Tremores de Terra em Portugal”..., p. 344.

⁹¹ Todas as observações explicações feitas sobre o sismo de 1909, embora estejam correctas na sua maioria, são sempre subjectivas, dada a falta de “apparehos sismographicos para o estudo rigoroso dos tremores de terra” (José de Oliveira Ferreira Diniz, “Contribuição para o Estudo dos Tremores de Terra em Portugal”..., p. 342).

⁹² Abalos de Terra, *Jornal da Chamusca*, n° 79, 8 de Agosto de 1909, p. 1.

⁹³ Paul Choffat, “Le Tremblement de Terre du 23 Avril 1909 dans le Ribatejo”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XLIII - 1912, n° 505-506, Janeiro-Fevereiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 40.

contrapondo a ideia aceite até então de que os sismos ocorridos em Portugal tinham o seu epicentro no mar.

3.2.3 - As Dimensões do Sinistro

Comparado com os sismos de 1531, 1775 e 1858, o terramoto de 1909, ainda que atingindo de forma mais directa o Ribatejo, foi sentido em todo o país, embora com uma intensidade mais fraca. Mesmo no próprio Ribatejo os graus de intensidade são variáveis, assim como a devastação causada:

Local	Grau de Intensidade (<i>Rossi-Forel</i>)
Benavente, Samora Correia, Salvaterra de Magos e St. Estevão, Muge, Coruche, Vaiada, Cartaxo, Castanheira, Vila Franca, Alverca, Carregado, Restante Ribatejo, Lisboa, Portalegre, costa alentejana até Sines. Alentejo, Coimbra, Figueira da Foz, Algarve Occidental, Beja, Covilhã, Guarda, Porto, Minho, Trás-os-Montes, Castelo Branco, Faro	X - ruína total IX - ruína parcial VIII VII VI V

A região central do fenómeno, dada a grande intensidade atingida e pelas inúmeras réplicas sentidas, viria a ficar conhecida por “«terras oscilantes»”⁹⁴. Aqui se registaram as baixas humanas, “perecendo n’esta catastrophe 46 pessoas e ferindo gravemente 35 entre homens e mulheres e creanças”⁹⁵, bem como os maiores danos materiais, ficando destruídas muitas das casas e inabitável a maioria das restantes.

⁹⁴ Correspondências. Coruche, *Jornal da Chamusca*, nº 69, 30 Maio de 1909, p. 3.

⁹⁵ José de Oliveira Ferreira Diniz, “Contribuição para o Estudo dos Tremores de Terra em Portugal” ..., p. 347.

Além da fraca estabilidade do solo, também a ausência de regras de construção e a duvidosa qualidade dos materiais empregues explicam a destruição dos edifícios, uma vez que “em qualquer d’estas povoações, com raras excepções as construcções são de taipa, de adobos (barro enformado) ou de tijolos, tendo por vezes a sobrecarregar estes fracos materiaes pesadas cantarias”⁹⁶. As próprias igrejas, edificios de construção mais sólida, sofreram avultados estragos. Em Benavente uma das igrejas ruiu por completo; em Santarém, o Seminário viu o seu corredor nobre destruído, além dos estragos noutros edificios religiosos e públicos. Caso curioso foi o da farmácia de Benavente, “cuja parede da frente abateu por completo e o pavimento superior ruiu sobre o tecto do rez-do-chão, sem o damnificar, apresenta[ndo] todo o seu interior intacto, sem um vidro estalado da sua armação ou um pequeno frasco tirado do seu logar!”⁹⁷. Também a rede ferroviária foi afectada pelo “deslocamento nos carris da linha ferrea”⁹⁸, em Santarém, devido à queda de quatro blocos de alicerces das muralhas. Apesar de todos os danos materiais, o reduzido número de baixas registadas deveu-se “à hora em que este seismo ocorreu e ao modo de vida d’estas povoações ruraes”⁹⁹, encontrando-se muitas pessoas ainda nos labores do campo.

⁹⁶ Em Benavente, até o hospital novo, que estava ainda por inaugurar e que havia sido construído segundo o “preceito moderno”, ficou destruído. (O Terramoto no Ribatejo. Visitando as Terras Devastadas, *Correio da Extremadura*, n° 942, 1 de Maio de 1909, p. 2).

⁹⁷ A Catastrophe do Ribatejo, *Jornal da Chamusca*, n° 65, 2 de Maio de 1909, p. 1.

⁹⁸ Abalos de Terra, *Correio da Extremadura*, n° 941, 24 de Abril de 1909, p. 4.

⁹⁹ Maximiniano Apollinário, “Chonica. Os Estudos Seismológicos em Portugal...”, p. 822.

3.2.4 -As Reacções da População

a) Atitudes perante a catástrofe

A ocorrência do sismo, embora com intensidades diferentes, causou reacções semelhantes entre a população das várias localidades. Na Chamusca, numa área menos atingida, originou um “panico enorme, vendo-se pelas ruas mulheres desmaiadas, creanças a chorar, homens descubertos, um alarido, uma confusão difíceis de descrever”¹⁰⁰, enquanto que em Santarém “produziu (...) um panico medonho, sahindo para as ruas toda a população, verdadeiramente aterrorisada”, levando algumas pessoas “tomadas de susto” a deitar-se “das janellas abaixo”¹⁰¹.

As notícias sobre estes acontecimentos referem-se quase sempre a senhoras, explicando-se essa atitude pela ideia generalizada de que seriam mais fracas de espírito. Exemplo disso, “uma filha do commerciante Geraldo Freire, que ficou seriamente ferida”¹⁰², ou uma senhora que, ao fugir de casa, caiu pelas escadas a baixo e fracturou um braço¹⁰³. O pânico sentido no momento do sismo terá sido, no entanto, geral, ao ponto de se verem “os presos que se encontravam na cadeia, agarrados às grades das janellas pedi[ndo] afflictivamente que lhes abrissem as portas”¹⁰⁴.

As várias réplicas que se fizeram sentir após o grande abalo aumentaram os receios de modo que, mesmo aqueles cujas moradias não ficaram destruídas ou inabitáveis se recusaram a ficar em casa durante essa noite, dormindo, ao relento, em locais amplos. Em Coruche, apesar de não ter desmoronado nenhum prédio, “ficar em casa n’essa noite ninguem quis

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ *Abalo de Terra, Correio da Extremadura*, nº 941, 24 de Abril de 1909, p. 4.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ Correspondências, Santarém, Tremor de Terra, *Jornal da Chamusca*, nº 65, 2 de Maio de 1909, p. 3.

¹⁰⁴ O Que Nós Sabemos. Abalos de Terra, *Jornal da Chamusca*, nº 64, 25 de Abril de 1909, p. 2.

e por isso os largos que há por esta villa ficaram coalhados de gente em cujas caras se retratava o susto”¹⁰⁵. Em Santarém e na Ribeira de Santarém o mesmo se passou. Os largos centrais e os jardins foram os locais mais procurados para dormir nos dias de sobressalto.

Nestes momentos de aflição, mais do que em quaisquer outros, as populações procuram uma ajuda divina. Em Benavente, “a maior vítima da epilepsia terrestre”¹⁰⁶ e onde tudo ficou destruído, os populares “murmuram resas, solicitações e derramam prantos”, junto da imagem de “Nossa Senhora da Paz, arrancada dos escombros por mãos fiéis”. Colocada na praça Anselmo Xavier, rodeada por outros santos, nela procuravam os populares a “coragem necessária para ir em frente contra o futuro de miseria”¹⁰⁷. Na Chamusca, é a Igreja da Misericórdia o local de culto mais procurado, tendo ficado aberta durante parte da noite após o terramoto, “vendo-se o altar mór illuminado com muitas dezenas de promessas”¹⁰⁸.

Invoca-se o santo protector ou o santo de devoção para que ajude a superar os maus momentos que se têm passado, revelando o desespero das populações e o seu constante receio perante as frequentes réplicas que se fazem sentir ao longo de vários meses. A Virgem Maria, a consoladora dos corações aflitos, é o alvo central das orações e súplicas, mostrando o lugar principal que ocupa na veneração dos Portugueses. Santo Emídio, o santo protector contra os sismos, muito venerado aquando do terramoto de 1755, não é particularmente referenciado, tratando-se de um santo com influências localizadas na área de Lisboa.

¹⁰⁵ Correspondências, Coruche - O Abalo de Terra, *Jornal da Chamusca*, nº 66, 9 de Maio de 1909, p. 3.

¹⁰⁶ O Terramoto no Ribatejo. Visitando as Terras Devastadas, *Correio da Extremadura*, nº 942, 1 de Maio de 1909, p. 2.

¹⁰⁷ A Catastrophe do Ribatejo, *Jornal da Chamusca*, nº 65, 2 de Maio de 1909, p. 1.

¹⁰⁸ O Que Nós Sabemos. Abalos de Terra, *Jornal da Chamusca*, nº 64, 25 de Abril de 1909, p. 2.

No entanto, apesar de temerem a Deus e de suplicarem a sua intervenção, qualquer mínima ameaça de sismo provocava grande agitação, muitas das vezes iniciada por simples boatos, como noticiava o correspondente de Coruche ao *Jornal da Chamusca*, referindo que alguém, com uma carta, avisava as pessoas da ocorrência “à mesma hora do dia 23, [de] um abalo mais forte e com mais terríveis consequências”¹⁰⁹. Provavelmente algum seguidor das previsões feitas pelo astrónomo Parville que apontava as “datas críticas (...) em que dever[iam] produzir-se abalos de terra”¹¹⁰. Algumas delas vieram a corresponder, na verdade, a algumas réplicas sentidas, tanto em Portugal como na Itália, alimentando os receios das populações. Por tais motivos se compreendem as palavras de Bernard Vincent, ao afirmar que “le tremblement de terre ne cesse de marquer durablement les esprits”¹¹¹.

b) A solidariedade generalizada

Perante uma catástrofe desta natureza, nada nem ninguém ficara indiferente, verificando-se, de imediato, uma onda de solidariedade, não só entre as populações atingidas, mas extensiva a todo o país que se desdobrou em múltiplas acções de angariação de fundos e de ajudas para minorar a situação dos mais atingidos.

Entre os que sofreram directamente os efeitos do sismo a entreadjudada é uma nota dominante, atenuando as diferenças sociais. O próprio presidente da Câmara de Benavente viu a sua casa destruída, tendo estado

¹⁰⁹ Correspondências. Coruche, *Jornal da Chamusca*, nº 67, 16 de Maio de 1909, p. 3.

¹¹⁰ O Que Nós Sabêmos. Quando Treme a Terra?, *Jornal da Chamusca*, nº 71, 13 de Junho de 1909, pp. 2-3.

¹¹¹ Bernard Vincent, “Les Tremblements de Terre en Espagne et au Portugal” in Bartolomé Bennassar (Dir.), *Les Catastrophes Naturelles dans VEurope Médiévale et Moderne*, Actes des XVes Journées Internationales d’Histoire de l’Abbaye de Fiaran, 10-12 septembre 1993, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1996, p. 90.

com a sua esposa, tal como os seus munícipes, “numa pequena barraca feita de cobertores, lençoes e uma coberta de cama!”¹¹². No entanto, os mais abastados, possuindo maiores recursos e conhecimentos, sempre que possível, deixam a zona do sinistro e instalam-se em casa de familiares ou conhecidos como o faz a família do Juiz de Direito de Benavente, que “desde a terrível catastrophe do Ribatejo se encontra em casa do sr. Dr. Mario Duque, interrimo delegado do procurador regio”¹¹³, na Golegã.

As primeiras preocupações referem-se à instalação das pessoas que ficaram sem habitação. Por isso, logo se registou o desejo de construção de barracas para os desalojados. Os grandes proprietários da região, bem como algumas entidades, ofereceram o material necessário. O Grémio Agrícola Chamusquense e a Câmara Municipal da Chamusca contribuíram com doze carpinteiros e uma “grande porção de madeira”¹¹⁴. Outros particulares colaboram com alimentos, vestuário, bens de primeira necessidade e transportes. O maior volume de donativos é, no entanto, feito em dinheiro, partindo da simples generosidade de particulares, por acção individualizada ou resultante de acções organizadas como as subscrições, os saraus, as touradas e, em especial, os bandos precatórios que se realizam pelo país e aos quais cada um respondeu de acordo com as suas posses (quadro 3). Também os bombeiros responderam com rapidez ao sinistro, deslocando-se para os pontos mais atingidos e realizando, em certos casos, actos de bravura, “salvando uma creança n’uma casa onde os proprios moradores receiavam entrar”¹¹⁵. Os farmacêuticos deram a sua contribuição, assim como alguns médicos

¹¹² A Catastrophe do Ribatejo, *Jornal da Chamusca*, n.º 65, 2 de Maio de 1909, p. 1.

¹¹³ Noticiário, *O Futuro da Golegã*, n.º 153, 23 de Maio de 1909, p. 2.

¹¹⁴ A Catastrophe do Ribatejo, *Jornal da Chamusca*, n.º 65, 2 de Maio de 1909, p. 1.

¹¹⁵ Tremores de Terra no Ribatejo, *Correio da Extremadura*, n.º 943, 8 de Maio 1909, p. 1.

que, de imediato, se disponibilizaram a ir para a zona principal do sismo cuidar dos feridos. Os serviços de telégrafo muito terão contribuído ao darem a conhecer as primeiras informações sobre o acontecido e ao facilitarem a rápida resposta de ajuda, em especial, às vilas mais assoladas.

Ao nível oficial são accionados os meios e serviços de auxílio, coordenados pelas autarquias, pelo Governo Civil de Santarém e pelo Governo. Uma das suas acções passa pela criação de uma comissão de socorros para angariar fundos, a Grande Comissão Nacional de Socorros, presidida pelo monarca. Ao nível local desdobram-se estas comissões para obter os meios económicos e os materiais, necessários à recuperação das zonas atingidas, e garantir a sua distribuição de modo equilibrado. Há uma mobilização a nível nacional, reforçada pela imprensa escrita que leva a todo o país os ecos da catástrofe. Aliás, o tom de sofrimento e de desgraça em que são feitos os relatos nos periódicos, bem como a referência enaltecida a alguns beneméritos, muito contribuiu para esse fim, apelando aos sentimentos humanos ou despertando o desejo de realce social através da prática da caridade e da filantropia. Por outro lado, revela um certo prazer em relatar calamidades, bem ao gosto dos leitores, o que explica o facto de Benavente, Salvaterra e Samora Correia se terem transformado numa espécie de destino turístico predilecto dos Portugueses de então, ávidos de constatar de perto o sofrimento e as desgraças alheias. De Lisboa eram frequentes os passeios, ao Domingo, para visitar os locais devastados. O mesmo se passava com as populações do Ribatejo revelando o seu carácter, de certo modo mórbido, de ver sofrer os outros “metiando o nariz da curiosidade em todas as barracas”¹¹⁶.

¹¹⁶ Visitando as Terras Devastadas, *Correio da Extremadura*, nº 942, 1 de Maio de 1909, p. 2.

3.2.5 -As Interpretações do Fenómeno

Pela grandeza do fenómeno e pela noção de impotência humana perante a natureza em revolta, os sismos, são “par excellence le fléau de Dieu”, como afirma Bernard Vincent ¹¹⁷, mostrando o poder de Deus sobre o homem, ideia que é aproveitada e difundida pela Igreja. Seguindo essa posição, a explicação dada pela Igreja portuguesa para o sismo de 23 de Abril é a de uma punição enviada “pela providência divina contra aquelles que não vão à missa nem se confessam, contra os atheus, contra os pedreiros livres”¹¹⁸. No fundo, a Igreja procurava atribuir aos Republicanos a causa da ira divina e, em última instância, a causa do sismo e de todos os males e problemas que o país sofria, procurando influenciar os populares contra uma ideologia laica e avessa à religião. Os Republicanos responderam, afirmando que Deus, uma divindade “ toda amor, toda bondade, toda carinho!”¹¹⁹, nunca causaria a desgraça e a morte de pobres inocentes, acusando o clero português de blasfémia.

Vivia-se, portanto, um ambiente de autêntico caos e confusão. Muitos populares pensariam ter chegado o fim do mundo, até porque “durante o abalo viam-se no ceo, sem nuvens, fortes manchas sanguíneas, principalmente para os lados do poente e na vespera tinha-se notado que o sol, quando se poz, apresentava um aspecto desusado”¹²⁰. Além disso, as Sagradas Escrituras, no Apocalipse, referem, precisamente, o fim dos tempos como um período de grandes calamidades, incluindo grandes terremotos¹²¹. Partindo destes pressupostos, a imaginação popular,

¹¹⁷ Bernard Vincent, “Les Tremblements de Terre en Espagne et au Portugal”..., p. 86.

¹¹⁸ Em Poucas Linhas. Os Terramotos, *O Futuro da Gollegã*, nº 156, 13 de Junho 1909, p. 1.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ O Que Nós Sabêmos. Abalos de Terra, *Jornal da Chamusca*, nº 64, 25 de Abril de 1909, p. 2.

¹²¹ “Houve então relâmpagos, vozes, trovões e um grande tremor de terra, tão grande como nunca tinha havido desde que há homens sobre a terra” (Apocalipse, 16, 18).

fortemente marcada pela religião e pelas crendices, faria o resto, esquecendo o pormenor de que, estando-se em Abril, embora os dias fossem já longos, o entardecer seria notório pelas 5 horas da tarde, quando ocorreu o sismo, explicando-se o céu avermelhado, de certo, como um prenúncio de um dia seguinte quente e cheio de sol ou propício à ocorrência de trovoadas, como se registou alguns dias mais tarde. Também, a passagem de século, vivida poucos anos antes, e todo o ambiente místico que se formou em volta de tal acontecimento, que levava vários estudiosos a prever o fim do mundo próximo desse momento¹²², poderá ter influenciado essa atitude.

Para combater as opiniões populares surgem vozes instruídas, que procuram dar um cunho científico ao facto. O director do Observatório da Marinha, Ramos da Costa, vem corroborar o ponto de vista do director do observatório de Bourges, que atribui a ocorrência do sismo em Portugal, assim como a de outros sismos recentes registados noutros pontos do globo, a “variações da actividade solar quer ella aumente quer diminua”¹²³, que provocam a movimentação das placas tectónicas. Apesar disso, as versões populares, expressas pela imprensa local, continuam a ecoar e a acreditar nas explicações mais fantásticas para o sismo, mostrando o desconhecimento da realidade e a falta de informação generalizada.

¹²² Em 1897, noticiava-se o presságio de um astrónomo austríaco que previa o fim do mundo no dia 13 de Novembro de 1899, pelas 3 horas e 9 minutos da tarde, causado pela passagem de um cometa que já 1896 ameaçara a terra (*O Fim do Mundo, Ribatejo*, nº 119, 19 de Setembro 1897, p. 3).

¹²³ Tremores de Terra, *Jornal da Chamusca*, nº 72, 20 de Junho de 1909, pp. 2-3. O director do Observatório da Marinha, Ramos da Costa, explicava a ocorrência dos terramotos devido ao “recrudescimento da actividade photosférica proveniente de manchas solares, algumas das quaes nebulosas, observadas em 21 de Julho no bordo oriental do sol, foi o que naturalmente na passagem pelo meridiano central do astro do dia nos ultimos dias do mez findo, produziu os enormes abalos no México e em Messina e talvez n’outros locaes ainda desconhecidos ” (Abalos de Terra, *Jornal da Chamusca*, nº 79, 8 Agosto de 1909, p. 1).

3.2.6- O Regresso à Normalidade

a) *As Súplicas e os Agradecimentos ao Divino*

Com o passar dos dias, e apesar das frequentes réplicas, a vida vai voltando, paulatinamente, à normalidade, começando a processar-se toda a recuperação dos edifícios e das localidades afectadas. No entanto, com o desastre sempre presente na lembrança, sucedem-se as invocações ao divino, num acto de temor a Deus e de remissão dos pecados ou em Acção de Graças, visível através das várias procissões e celebrações que se realizam por todo o Ribatejo. Na Chamusca, por exemplo, decorreu a 3 de Maio uma procissão por a vila “ter sahido indemne da terrível catastrophe”¹²⁴, e em Santarém realizou-se um Te-Deum em “acção de graças por não ter o terramoto feito victimas”, além de “preces pro flagello terremotos”¹²⁵. Em Coruche, por seu lado, em Junho, organizou-se uma procissão para levar a imagem de Nossa Senhora do Castelo à capela do castelo, de onde “tinha sahido por motivo dos arranjos que a mesma capella teve de soffrer ocasionados pelo abalo de terra”¹²⁶, facto que revela o grande empenho na rápida recuperação na vila.

b) *A Acção das Entidades Oficiais*

Logo após o sinistro se desencadearam os meios para repor a ordem de forma célere. Além dos médicos e bombeiros que se deslocaram ao local para prestar os primeiros socorros, servindo-se, em geral, de veículos particulares, gentilmente cedidos, foram prontamente destacadas forças

¹²⁴ A Catastrophe do Ribatejo. Procissão, *Jornal da Chamusca*, n.º 65, 2 de Maio de 1909, p. 2.

¹²⁵ Os Abalos de Terra no Ribatejo, *Correio da Extremadura*, n.º 944, 15 de Maio de 1909, p. 2.

¹²⁶ Correspondências. Coruche, *Jornal da Chamusca*, n.º 75, 11 de Julho de 1909, p. 3.

da ordem para evitar que alguém se quisesse aproveitar do sucedido em benefício próprio. Em Benavente a vigilância era feita pela "policia e praças de Caçadores 6"¹²⁷, em número de cem, acompanhados por trinta elementos de Artilharia 3, o que não impediu a prática de alguns roubos¹²⁸.

Ao nível administrativo foram também tomadas medidas de imediato. O Governador Civil do Distrito, Dr. Martins, acompanhou, desde o início, todo o problema, desempenhando um papel fundamental na gerência dos fundos angariados para distribuir às populações. Da parte da Administração Central houve uma intervenção directa. No dia seguinte ao sinistro o próprio rei, D. Manuel II, visitava Benavente e Salvaterra de Magos, inteirando-se do ponto da situação e contactando directamente com aqueles que sofreram perdas. Seria uma forma de reafirmar e reabilitar a sua imagem e a imagem da monarquia, aproximando-se dos seus súbditos e compartilhando os seus pesares. Aliás, chefiando a Comissão Nacional de Socorros, estaria, uma vez mais, a chamar a si as atenções nacionais, mostrando o seu poder e o domínio da situação num momento difícil como o que se atravessava.

Para acompanhar toda a recuperação são nomeadas, por portaria de 29 de Abril, duas comissões, compostas por engenheiros e responsáveis da obras públicas nacionais, uma para formular "alvites e preceitos"⁴⁶ na reconstrução das povoações assoladas e nas novas construções a fazer pelo país, e a segunda para proceder a "investigações convenientes sobre o phenomeno seismico"¹²⁹. Mostrava-se, assim, uma preocupação na recuperação, mas também na prevenção de futuras catástrofes. A pesquisa sismológica em Portugal entrava, desta forma, num domínio científico, estudando-se a localização de sismógrafos principais e secundários em

¹²⁷ A Catastrophe do Ribatejo, *Jornal da Chamusca*, n.º 65, 2 de Maio de 1909, p. 1.

¹²⁸ Correspondências. Santarém, *Jornal da Chamusca*, n.º 65, 2 de Maio de 1909, p. 3.

¹²⁹ "Tremor de Terra do Dia 23 de Abril de 1909", *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XL - 1909, n.º 472-474, Abril-Junho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 264.

território nacional e respectivos encargos da sua instalação e manutenção.

Ao nível local tomaram-se algumas providências para promover a reconstrução e recuperação das vilas. O presidente da Câmara Municipal de Benavente foi dos primeiros a tomar a iniciativa, propondo que a Câmara “contrahiria um empréstimo nacional destinado a reconstruir a villa de Benavente e povoações do concelho”¹³⁰, o qual seria aberto em todas as câmaras municipais que aderissem, com um “juro de quatro e meio por cento amortisavel em vinte cinco contos”¹³¹, pago pelos proprietários em vinte anuidades isentas de imposto de selo e de contribuição predial, por dez anos, regalias estas que seriam atribuídas a quem construísse um edifício até Dezembro de 1911. A Câmara Municipal da Azambuja propõe algo idêntico, pedindo ao governo um crédito especial para os proprietários, pago em anuidades de 50\$000 réis, sem juros e com as isenções do anterior.

A grande parte dos fundos para a reconstrução viria, no entanto, da *Comissão Nacional de Socorros*, criada para “angariar e centralizar donativos de todas as espécies para lhes dar a mais fructuosa applicação conforme o conhecimento havido das necessidades locais, mediante informações seguras”¹³², cedidas por subcomissões regionais e locais, estabelecendo-se, assim, uma hierarquia de apoios que revela uma dinâmica organizacional. Numa primeira fase, esta comissão ter-se-á preocupado em realojar os que perderam as habitações em barracas dispersas, numa atitude de preocupação com a higiene e o controlo de epidemias, visto estar-se numa zona propícia a esses males pelas condições naturais e climatéricas que possui. Numa segunda fase, a preocupação recaía sobre a reconstrução dessas mesmas habitações.

¹³⁰ Os Abalos de Terra no Ribatejo, *Correio da Extremadura*, n° 944, 15 de Maio de 1909, p. 2.

¹³¹ As Câmaras intervenientes seriam Santarém, Benavente, Salvaterra de Magos, Vila franca de Xira, Azambuja, Arruda dos Vinhos, Coruche, Cartaxo, Almeirim e Alenquer.

¹³² Abalos de Terra no Ribatejo, *Correio da Extremadura*, n° 944, 15 de Maio 1909, p. 1.

Para o seu sucesso contribuíram os inúmeros donativos chegados de todo o país, assim como os contributos do Estado e da própria Igreja. A distribuição desses fundos era feita a partir de Lisboa, de acordo com as prioridades, em reuniões a que assistiu o Governador Civil de Santarém, o que na prática se traduziu na distribuição da maior parte dos fundos às vilas mais afectadas.

c) Iniciativas Particulares

Tomando as proporções de catástrofe nacional, o terramoto do Ribatejo, originou uma onda de solidariedade, que ultrapassou fronteiras, como o demonstra o donativo de 100.000 pesetas oferecido pelo governo espanhol¹³³. Nesse âmbito, notórias e variadas foram as formas de ajuda prestadas pelos particulares, nomeadamente pelos do Ribatejo.

Entre essas formas de ajuda, os *bandos precatórios* e as subscrições foram os mais comuns e os que proporcionaram maiores resultados, pelos montantes angariados. Transparecem diferenças sociais de acordo com os donativos feitos por cada um, através do relato pormenorizado que a imprensa local faz do assunto, o que permite distinguir dois tipos sociais dominantes: os grandes senhores com rendimentos, fazendo doações em bens e em dinheiro na ordem das centenas e milhares de réis e os que vivem do seu trabalho e que contribuem com quantias ínfimas.

O desejo de ajudar levou a fazê-lo também por outros meios como a receita de actividades desportivas e culturais (quadro 3), como a organizada pela Comissão Central de Socorros aos Sobreviventes da Catástrofe do Ribatejo, no dia 10 de Junho, onde se recitou uma poesia sobre a catástrofe¹³⁴.

¹³³ Notas a Lápís. De Hespanha, *Jornal da Chamusca*, n.º 65, 2 de Maio de 1909, p. 2.

¹³⁴ A Catastrophe, *Correio da Extremadura*, n.º 949, 19 de Junho de 1909, p. 3.

A par desta caridade organizada, muitos particulares, a título pessoal, contribuíram, dentro das suas posses, destacando-se as ajudas prestadas, pela Casa de Cadaval, à vila de Muge e pelo grande proprietário Luiz Sommer a Coruche. Desta forma reforçavam a sua posição na região, obtendo o agradecimento, não só das autoridades, como dos próprios populares. Uma outra forma de caridade mais discreta, mas não menos importante, passou pelo compromisso de algumas famílias acolherem as crianças órfãs da tragédia. A firma *Grande la & C.a*, de Lisboa, por seu lado, optou pela construção de um bairro de dez casas que seriam entregues à donzela que, em cada ano, “mais arreigado possuía o sentimento do lar e o da família, sem necessidade da ideia religiosa para assim não ser estragada pelos maus sacerdotes que blasfemam”¹³⁵. Uma acção benemérita, mas marcada por uma forte posição ideológica de cariz republicano. Apesar da solidariedade ser generalizada, são visíveis, portanto, os antagonismos sociais e ideológicos que marcam a sociedade ribatejana em tempos normais.

d) Resoluções Adiadas

De acordo com os relatos da imprensa da época verifica-se uma tentativa de resolução rápida da tragédia de modo a repor a normalidade. Não obstante, vão surgindo algumas vozes discordantes em relação ao rumo dado aos acontecimentos, reclamando, por exemplo, a limitação das ajudas nacionais a uma área restrita e o esquecimento de outros locais onde se encontram habitações a precisar de reparos urgentes sem que os seus proprietários dispusessem de meios próprios para o fazer. Por outro lado, as ajudas prestadas a determinadas zonas acabariam por favorecer

¹³⁵ Registe-se, *O Futuro da Gollegã*, n.º 155, 6 de Junho de 1909, p. 2.

os proprietários de casas que arrendavam aos populares e não a estes últimos, fazendo-lhes as obras e reparos que há muito precisavam.

Além disso, e apesar dos alertas lançados pela comunicação social, dando como exemplo Messina que, com rapidez, ultrapassou a catástrofe, reconstruindo a cidade (a Nova Messina referida pela *Ilustração Portuguesa*¹³⁶), em 1913, Benavente, continuava a ter o seu “agrupamento de barracas de madeira com cobertura de zinco, denegridas e infectas [numa] vergonha exposta aos olhos de quem passa”¹³⁷. Mostrava-se que, afinal, passado o entusiasmo inicial e a grande manifestação de apoio, o caso cairia no esquecimento sem resolver os problemas dos assolados pela *Catástrofe do Ribatejo* e que a mudança de regime, envolta em esperanças, começava, desde logo, a revelar a sua inoperância e as suas limitações.

Conclusão

Ainda que o homem, na sua luta diária pela perfeição e pela melhoria da sua condição de vida, tente superar-se e controlar o que o rodeia, numa demonstração de poder, o seu domínio sobre a Natureza é ainda limitado, revelando impotência perante acontecimentos como as chuvas torrenciais, que provocam inundações, submergindo campos e localidades, ou os abalos sísmicos que, em poucos instantes, destroem o que levou muito tempo a realizar.

As reacções perante estes fenómenos, contudo, ainda que tenham algumas características em comum, apresentam diferenças notórias, revelando graus desiguais de aceitação e de ajustamento. Se, perante as cheias, se constata um certo conformismo, uma vez que se trata de um

¹³⁶ A Nova Messina, *Ilustração Portuguesa*, n.º 170, 24 Maio de 1909, pp. 649-652.

¹³⁷ Correspondências. Benavente, *Notícias de Santarém*, n.º 46, 16 de Novembro de 1913, p. 2.

fenómeno cíclico com o qual a população se habituou a conviver, já perante um terramoto, o sentimento de receio, angustia e até de sofrimento é maior, dada a sua imprevisibilidade e o grau de intensidade por ele atingido. Por esse facto, os terramotos ocorridos na primeira década do século, nomeadamente o de 23 de Abril de 1909, geraram um maior impacto entre as gentes, as entidades governamentais e na imprensa periódica, que dedicou ao caso inúmeras páginas de descrição pormenorizada dos acontecimentos para satisfazer a curiosidade, quase mórbida, dos seus leitores.

Do mesmo modo se compreende o temor e invocação ao divino que se faz nos momentos de grande aflição, em busca da sua protecção e auxílio, sendo mais evidente aquando dos terramotos do que perante uma situação de cheia. O baixo nível cultural das populações rurais, fortemente influenciado pelas credices e pela própria Igreja Católica, justificam essa íntima ligação ao sagrado e explicam a atribuição das responsabilidades pela ocorrência dos fenómenos naturais. Mais do que em ocasião de cheia, em que as responsabilidades já são atribuídas, em grande parte, à incúria humana e à falta de actuação adequada das entidades competentes, quer na prevenção quer durante e após as inundações, os terramotos, assim como outras calamidades naturais de carácter excepcional, são atribuídas à acção divina (os flagelos de Deus), que de uma forma punitiva procura chamar o Homem à razão sobre os desvios da sua vida.

Também as várias facções políticas aproveitam os fenómenos naturais para avivar a sua luta e reforçar a sua posição, imputando responsabilidades e trocando acusações, de parte a parte, em relação às medidas a tomar para resolver os problemas de forma rápida e eficiente, como o demonstra a imprensa, transmissora dos ideais republicanos ou monárquicos, durante os primeiros anos do século XX. Na base da falta de eficácia da actuação governamental e institucional estariam as grandes

dificuldades económicas e a instabilidade política com que o país se debatia nesse período.

Procurando ultrapassar os problemas e perante uma actuação, nem sempre eficiente, da parte institucional, os populares, mostrando os traços de cooperação e de entreatada que os caracterizam, desempenham uma função relevante, por vezes a título particular, outras organizando-se em comissões de socorros. Conhecedores em pormenor dos contornos da calamidade, encontram e desenvolvem os meios necessários e adequados para lidar com a situação. As recolhas de gado e de pertences, aos primeiros sinais de cheia e a angariação de fundos, a recolha de géneros alimentares e de outros bens de primeira necessidade, o alojamento, ainda que provisório, em determinados edifícios, ou em tendas, aquando do terramoto, são os exemplos desse auxílio e solidariedade local e até regional.

No caso de grandes catástrofes como o terramoto de 1909 e a cheia do mesmo ano, essa onda de solidariedade atinge proporções nacionais, multiplicando-se as acções para obter bens destinados às populações atingidas, tomando o sofrimento das gentes do Ribatejo num sofrimento compartilhado pelo resto do país. No entanto, passado o impacto inicial o facto cai no esquecimento, permanecendo na memória daqueles que passaram pelas tormentas. Apesar disso, e da desgraça que em grande parte é provocada pelo rio Tejo, as populações ribatejanas continuam a ver nele um grande aliado e a sua grande fonte de riqueza, justificando a vida activa que se desenrola nas suas margens. Ainda que nos inícios do século XX sofra a ameaça dos novos meios de transporte e do desenvolvimento e mesmo perante as constantes inundações e o perigo dos tremores de terra, o Tejo continuará a deter um papel fundamental na vida económica e social das populações da Borda d'água.

María Gabriela Mota Marques

FONTES

1 - Imprensa Periódica

Chamusca Nova, Chamusca (1931-1932).

Correio da Extremadura, Santarém (1901-1912).

O Futuro da Golegã, Golegã (1907-1913).

Gazeta do Ribatejo, Santarém (1923).

Ilustração Portuguesa, Lisboa (1904-1913).

Jornal da Chamusca, Chamusca (1908-1909).

Revista de Obras Públicas e Minas, Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, Lisboa (1909-1912).

Ribatejo, Cartaxo (1895-1898).

O Tejo, Santarém (1911-1912).

2 - Documentação Camarária

Arquivo da Câmara Municipal da Chamusca, Actas das Sessões da Câmara Municipal da Chamusca (documentos avulsos).

Arquivo da Câmara Municipal da Golegã, Livros de Actas das Sessões - 1906-1912.

Código de Posturas, Regulamentos e Outras Disposições Policiaes da Câmara Municipal do Concelho da Chamusca, Santarém, Typographia Bernardino Santos, 1893.

Código de Posturas da Câmara Municipal do Município da Chamusca, Santarém, Typ. do “Correio da Extremadura”, 1907.

3 - Literatura

MISSIONÁRIOS CAPUCHINHOS, *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1976.

REDOL, Alves - *Avieiros, Obras Completas de Alves Redol*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980.

_____ - *Fanga, Obras Completas de Alves Redol*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980.

_____ - *Gaibéus*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1983.

4 - Outras Fontes

- Anuário dos Serviços Hidráulicos -1933, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.
Anuário dos Serviços Hidráulicos - 1936, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.
Anuário dos Serviços Hidráulicos - 1937, Lisboa, Bertrand (Irmãos), 1937.
Anuário dos Serviços Hidráulicos -1941, Lisboa, Imprensa Nacional, 1942.
Legislação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.
Plano Distrital de Emergência, Santarém, Delegação Distrital de Protecção Civil, s/d.
Documentos vários da Biblioteca Pública da Chamusca.

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS -*Memórias Económicas*, vol. III, Lisboa, 1789.
- ALARCÃO, Jorge - *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa- América, 1988.
- ASIMOV, Isaac - *Os Tremores de Terra, Caminhos da Ciência*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.
- BRANCO, Fernando Castelo - “Do Tráfego Fluvial e da sua Importância na Economia Portuguesa”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 76, n° 1-3, Janeiro-Março 1958.
- BENASSAR, Bartolomé - *Les Catastrophes Naturelles dans l'Europe Médiévale et Moderne*. Actes des XV.^{es} Journées Internationales d'Histoire de l'Abbaye de Fiaran, 10-12 septembre 1993, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1996.
- CÂMARA MUNICIPAL DA GOLEGÃ - *Golegã, Indicações Gerais sobre o Concelho*, s/d.
- CÂNCIO, Francisco - *Notas de um Ribatejano*, Instituto de Coimbra e Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1956.
- _____ - *Ribatejo*, Lisboa, 1929-1933
- _____ - *Ribatejo Histórico e Lendário*, Lisboa, Imprensa do Barreiro, 1946- 1947.

-
- _____ - *Ribatejo Histórico e Monumental*, 3 vols., Santarém, Junta de
Província do Ribatejo, 1938- 1939.
- _____ - *Ribatejo Lendário e Pitoresco*, Lisboa, Imprensa Barreiro, 1946-
1947.
- _____ - *Subsídios para a História Económica do Ribatejo*, Lisboa,
Imprensa Baroeth, 1944.
- CARDOSO, José; VELOSO, Francisco José - *Estrabão. Livro Ilida Geografia.
Primeira Contribuição para uma Nova Edição Crítica*, Coleção
Amphitheatrum, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1965.
- CARVALHO, Anselmo Ferraz de - “O Ribatejo. Algumas Notas Geográficas e
Geológicas”, *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 37-42,
Julho-Dezembro de 1933, Santarém, Tip. Avelino Sousa Sucessores, 1933.
- CASTRO, Augusto M. Simões de - *Portugal Pittoresco*, Vol. 1, nº 10, Coimbra,
Imprensa da Universidade, Outubro, 1879.
- CATROGA, Fernando - “Decadência e Regeneração no Imaginário de
Republicanismo”, *Actas do Congresso Las 98 Ibéricos y el Mar. El Estado
y la Política*, tomo III, Lisboa, Torre do Tombo 27-29 Abril de 1998, Pabellón
De España, Expo 98, Salamanca, Gráfica Varona, 1998.
- CHOFFAT, Paul - “Les Tremblements de Terre de 1903 en Portugal”,
Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal, Tomo V,
Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1903.
- COELHO, Antonio Gomes - “Falhas Activas e Casualidade Sísmica em
Portugal”, *Simposio Sobre Catástrofes Naturais. Estudo, Prevenção e
Protecção*, Ordem dos Engenheiros - Lab. Nac. Engenharia Civil, Lisboa,
8-10 Novembro 1993.
- COLLIER'S ENCYCLOPEDIA, New York, Macmillan Educational Company,
1992.
- CORREIA, Francisco Nunes - “A Prevenção e o Controlo de Cheias numa
Óptica de Gestão Integrada de Zonas Inundáveis”, *Simposio sobre Catás-
trofes Naturais. Estudo, Prevenção e Protecção*, Ordem dos Engenheiros -
Lab. Nac. Engenharia Civil, Lisboa, 8-10 Novembro 1993.
- DELUMEAU, Jean; LEQUIN, Yves (Dir.) - *Les Malheurs des Temps. Histoire
des Fléaux et des Calamités en France*, Paris, Larousse, 1987.
- DIAGNÓSTICO SÓCIO-CULTURAL DO DISTRITO DE SANTARÉM,
Santarém, 1985.

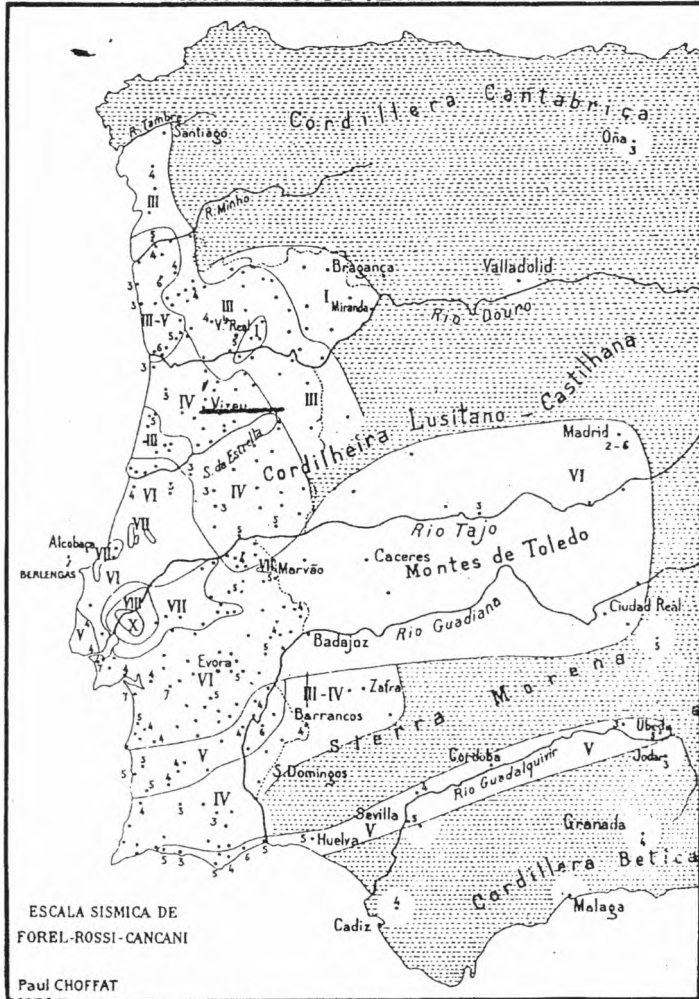
-
- DUBY, Georges - *O Ano Mil*, Lisboa, Edições 70, 1992.
- FERREIRA, Amorim (Dir.) - *O Clima de Portugal*, Fase. I - *Valores Médios e Elementos Climáticos no Período 1901-1930*, Lisboa Observatório D. Luiz, 1942.
- _____ - *O Clima de Portugal*, Fase. VI - *Estremadura, Ribatejo e Alto-Alentejo*, Lisboa, Serviço Meteorológico Nacional, 1950.
- FLEURY, Ernest - “As Últimas Grandes Evoluções Geológicas do Ribatejo”, *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 43, Lisboa, Oficinas Bertrand, 1936.
- GASPAR, Jorge - “Os Portos Fluviais do Tejo”, *Finisterra*, vol. V, nº 10, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1970.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, Lda.
- LAUTENSACH, Hermann - “Ribatejo”, *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, Santarém, 1940.
- LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Ed. Mattos Moreira, 1873-1890.
- LEÃO, Duarte Nunes de - *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610.
- LIMA, Maria Luisa; FAÍSCA, Luís Miguel - *Contribuição das Ciências Sociais para o Estudo dos Impactes das Cheias*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992.
- MACHADO, José Pedro - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Algés, Sociedade de Língua Portuguesa, Euro-Formação, 1989.
- MAGALHÃES, Fátima (Coord.) - *Navegando no Tejo*, C.C.R.L.V.T., Lisboa, Minerva do Comércio, 1995.
- MATOS, Artur Teodoro de - *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980.
- MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte - *Ribatejo. Portugal : O Saborda Terra*, Círculo de Leitores, Pavilhão de Portugal/EXPO'98, 1997.
- MILLER, John B. - *Inondations. Personnes Menacées, Stratégies de Prévention*, New York - Genève, ONU, Département des Affaires Humanitaires, 1997.
- PIMENTEL, Alberto - *Portugal Pittoresco e Illustrado. A Estremadura Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1908.

Maria Gabriela Mota Marques

- REIS, Antonio - *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, Selecções do Reader's Digest, 1996.
- RIBEIRO, Orlando - "Algumas Notas de Geografia do Ribatejo", *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, n° 43, Lisboa, Oficinas Bertrand, 1936.
- _____ - *Introduções Geográficas à Historia de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977.
- _____ - *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 6ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - *Geografia de Portugal*, 4 volumes, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987-1991.
- ROCHA, João Soromenho - "Caracterização das Zonas Sujeitas a Risco de Cheias em Portugal", *Simpósio sobre Catástrofes Naturais. Estudo, Prevenção e Protecção*, Ordem dos Engenheiros - Lab. Nac. Engenharia Civil, Lisboa, 8-10 Novembro 1993.
- ROTHÉ, Jean-Pierre - *Séismes et Volcans*, Collection Que Sais-Je?, Paris, Presses Universitaires de France, 1946.
- SÁA, Mário - *As Grandes Vias da Lusitânia*, Lisboa, Tipografia da Sociedade de História, 1956-1964.
- SELECÇÕES DO READER'S DIGEST - *Atlas de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1988.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria*, 1604, 1609, 1625, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974.
- SERVIÇO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL - *Noções Elementares sobre Sismos e Vulcões*, Lisboa, Gráfica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1986.
- SILVA, Luís A. Rebello da - *Memória sobre a População e Agricultura de Portugal, Parte I (1097-1640)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- SINDICATO AGRÍCOLA DE SANTARÉM - *A Agricultura Ribatejana e o Problema da Hidráulica do Tejo, Representação entregue a suas Ex.as o Presidente do Concelho e Ministros da Agricultura e das Obras Públicas*, Santarém, Tipografia J. Avelino Sousa, Sucés., 1937.
- SMITH, Keith; TOBIN, G. A. - *Human Adjustment to the Flood Hazard*. Topics in Applied Geography, London, Longman, 1979.

SOUZA, Júlio F. José de - “A Bacia Hidrográfica do Tejo. Memoria”, *Congresso Ribatejano*, Santarém, 18 a 21 de Maio de 1923, Lisboa, Casa Progresso, 1924.

SISMO DE 23 DE ABRIL DE 1909



Mapa 1 — O Sismo de 23 de Abril de 1909 — Intensidade das Áreas Atingidas
*in Paul Choffat, Le Tremblement de Terre du 23 Avril 1909 dans le Ribatejo, Revista de Obras
 Públicas e Minas, tomo XLIII — 1912, nº 505-506, Janeiro-Fevereiro, Lisboa, Imprensa Nacional,
 1912.*

Quadro 1

**Quadro das Alturas Máximas das Grandes Cheias
do Tejo em Santarém e Vila Velha de Ródão
1852 * 1936**

Ano	Mês	V.V.Ródão metros	Santarém metros
1852	Novembro	...	7,30
1855	Fevereiro	...	7,50
1865	Maio	...	7,12
1876	Dezembro	25,40	7,82
1877	Janeiro	18,30	7,10
1881	Janeiro	16,80	7,17
1884	Abril	16,40	7,02
1895	Fevereiro	19,70	7,57
1900	Fevereiro	16,40	7,36
1902	Fevereiro	15,80	7,42
1909	Dezembro	18,10	7,98
1910	Dezembro	16,50	7,54
1912	Fevereiro	20,30	8,01
1913	Novembro	14,30	7,72
1914	Dezembro	13,40	7,00
1915	Janeiro	13,50	7,19
1916	Março	15,15	7,39
1916	Dezembro	17,80	7,72
1917	Fevereiro	14,70	7,45
1919	Fevereiro	15,20	7,42
1924	Março	...	7,14
1926	Fevereiro	14,10	7,19
1927	Dezembro	16,25	7,61
1932	Dezembro	12,30	7,06
1935	Dezembro	15,40	7,44
1936	Fevereiro	18,00	7,85

Fonte : Anuário dos Serviços Hidráulicos, 1936, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, p. 14

Legenda:

As Grandes Cheias

Quadro 2 - Danos Provocados pela Cheia de 1909

Estruturas	Local	Danos
Estradas e Pontes	<i>Estrada de Almeirim ao Tejo</i>	Arrastamento de parte do pavimento e destruição de três serventias. Bermas e calçadas em mau estado.
	<i>Estrada de Alpiarça</i>	Arrastamento do empedrado em algumas zonas. Retirou todo o saibro.
	<i>Ramais das estradas para a Barca do Patacão, Courela do Marquês e Ponte de Benfica</i>	Retirado todo o saibro destes ramais. Ramal de Benfica ficou quase sem empedrado.
	<i>Ponte da Murta</i>	Arrastamento do pavimento, calçada e rampa de acesso.
	<i>Estrada de serviço a jusante do Porto das Mulheres (Chamusca)</i>	Rombo de grandes dimensões.
	<i>Serventia do Dique dos Vinte</i>	Completamente submersa, provocando rombos, destruindo a calçada e alargando a alverca.
	<i>Serventia de V.N. Barquinha.</i>	Depósito de camadas de nateiro e arrastamento de pavimento.
	<i>Estrada de serviço para o cais do Porto da Amoreira</i>	Destruição de parte do pavimento e depósito de lodo.
	<i>Serventia para o Porto da foz do Zêzere, em Constância.</i>	Abatimento de parte do muro desta serventia.
	<i>Estrada de serviço para o cais de Rio de Moinhos</i>	Arrastamento do pavimento e depósito de lodo.
	<i>Serventia de Caldelas para o porto do Cais do Tejo</i>	Prejuizos no cais, destruindo o muro de suporte a montante e arrastando o aterro e a calçada.
	<i>Serventia de Tramagal para o Porto do Tejo</i>	Pavimento arruinado e depósito de lodo.
	<i>Serventia do Rossio ao Sul de Abrantes para o cais do Porto do Tejo.</i>	Depósito de muito lodo. Calçada arruinada .
	<i>Estrada de serviço de Alvega à estação da C.P.</i>	Calçada arruinada e depósito de lodo.
Diques	<i>Ponte do Peral</i>	Arrastada
	<i>Dique dos Gagos</i>	Talude corroído. Rombo.
	<i>Dique da Torrinha</i>	Rombo de 70m de comprimento.
	<i>Dique do Raposo</i>	Submersão e rombo de 40m. Ficou muito frágil.
	<i>Dique do Reguengo</i>	Manteve os rombos anteriores.
	<i>Dique da Junceira</i>	Galgado pela cheia, mas manteve o rombo que tinha.
	<i>Dique dos Vinte</i>	Águas escavaram bastantes o terreno junto ao rombo antigo. Aumento da alverca e aterro de parte do dique. Desapareceram as plantações de salgueiros e canas junto à alverca.
	<i>Dique da Labruja</i>	Pequeno rombo do lado jusante.
	<i>Dique do Pinheiro</i>	Rombo e arrastamento do aterro, parte da calçada e muro de protecção do dique.

Fonte : António Belard da Fonseca, *Relatório da Cheia do Rio Tejo de 23 de Dezembro de 1909*, *Anuário dos Serviços Hidráulicos*-1933, Lisboa imprensa Nacional, 1934, pp. 39-42.

Quadro 3 - Alguns Fundos e Bens Angariados para Ajudar as Vitimas do Terramoto do Ribatejo de 1909

Iniciativa	Local / intervenientes / actividades	Quantia / bens
Bandos Precatórios	Coruche	162.000 réis
	V. N. Barquinha	67.925 réis
	Atalaia	35.560 réis
	Tancos	2.560 réis
	Praia do Ribatejo	25.820 réis
	Ferreira	548.370 réis
	Santarém	?
	Golegã	?
	Chamusca	289.880 réis
	Constância (todas as freguesias)	203.130 réis
	Almeirim	710.000 réis
	Santa Margarida	22.845 réis
	Montalvo	16.460 réis
Alcobaça	726.660 réis	
Subscrições	Coruche	?
	V. N. Barquinha	?
	Professor Oficial de Ulme	5.750 réis
	Escolas do Círculo de Santarém	165.650 réis
	Senhoras de Santarém	?
	Vogais da Junta da Paróquia da Varzea	?
	Subinspecção escolar de Tomar	125.220 réis
	Constância	?
	Associação Comercial de Coimbra	?
	Vila de Rei	?
	Alunos da Escola Central Masculina de Santarém	5.660 réis
	Professor de Vale Figueira	?
	Mação	118.815 réis
Outras Dádivas e Iniciativas	Espectáculo de teatro V. N. Barquinha	Receita
	Luiz Sommer - Coruche	50.000 réis
	Festivais (pombos e hipismo) Santarém	Parte da receita
	Corridas Ciclistas - Golegã	Receita
	Torneio de Tiro aos pombos - Golegã	Receita
	Grandela e C ^a	10 habitações
	Viscondessa da Silva Anacoreta	Chitas, panos riscados e cotins
	Misericórdia de Rio Maior	10.000 réis
	Governador Civil do Funchal	502.895 réis
	Arcebispo de Évora	2.800.000 réis
	Espectáculo em Alter do Chão	?
	Professor do Outeiro da Cortiçada	10.000 réis
	Governo de Espanha	100.000 pesetas
	Espectáculo de teatro - Constância	Receita
	Sessão de animatógrafo - Santarém	Parte da receita
	Festa hípica - Santarém	Receita
Rainha D. Amélia	Cobertores e mantas	